



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAFAEL AUGUSTO SILVA DALTRO DE FREITAS

**OS EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA DE ERNESTO ARAÚJO E SUA RELAÇÃO
COM O ACUMULADO HISTÓRICO DA PEB**

JOÃO PESSOA

2021

RAFAEL AUGUSTO SILVA DALTRO DE FREITAS

**OS EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA DE ERNESTO ARAÚJO E SUA RELAÇÃO
COM O ACUMULADO HISTÓRICO DA PEB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques
Ferreira

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F866e Freitas, Rafael Augusto Silva Daltro de.

Os eixos da política externa de Ernesto Araújo e sua relação com o acumulado histórico da PEB / Rafael Augusto Silva Daltro de Freitas. - João Pessoa, 2021. 63 f.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política externa brasileira. 2. Gestão ministro Ernesto Araújo. 3. Governo Jair Bolsonaro. 4. Diplomacia brasileira. 5. . I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327.8(02)

RAFAEL AUGUSTO SILVA DALTRO DE FREITAS

**OS EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA DE ERNESTO ARAÚJO
E SUA RELAÇÃO COM O ACUMULADO HISTÓRICO DA PEB**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

João Pessoa, 03 de Dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA
Data: 04/12/2021 19:59:25-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

HENRIQUE ZEFERINO DE Assinado de forma digital por
HENRIQUE ZEFERINO DE
MENEZES:04957464600 MENEZES:04957464600
Dados: 2021.12.03 15:40:25 -03'00'

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 PASCOAL TEOFILO CARVALHO GONCALVES
Data: 03/12/2021 18:26:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o apoio de todos os meus familiares para realizar esta graduação. Ao meu pai e a minha mãe que sempre me apoiaram incondicionalmente em todas as etapas da minha vida, a eles eu devo tudo o que sou e tudo o que pude realizar. A minhas irmãs, Carolina e Virgínia por me oferecerem o apoio e o carinho para estar longe e desempenhar essa tarefa. Ao meu irmão Felipe, por sempre me proporcionar alegria. A minha sobrinha e afilhada Isabella por me fazer buscar sempre sorrir e sentir a felicidade com sua alegria. A Manu por suportar todos os meus medos e inseguranças, por me dar amor, carinho e dedicação, ela foi fundamental nesse processo difícil. A minha avó que faleceu durante a elaboração desse trabalho e não conseguiu presenciar mais uma etapa vivida pelo seu neto.

Agradeço também a todos os meus amigos que compartilham a caminhada comigo, César, Najla, Joel, Fábio, Caio, Bruno, Priscylla, Pamella e Jéssica. Especialmente Hermano, Mirelle, Petrônio, Rafael e Zecão, com quem eu compartilhei todos os receios e que sempre se mostraram acolhedores nos momentos de maior necessidade, vocês sempre estarão no meu coração.

Aos professores do Curso de Relações Internacionais por dedicar um trabalho exemplar na formação dos alunos do curso, notadamente o professor e orientador Túlio, pela paciência, pela dedicação e por todo o vasto conhecimento que ele possui.

RESUMO

O trabalho aborda os principais fundamentos que pautaram a política externa brasileira dentro da gestão do ministro Ernesto Araújo (2019-2021) no governo do presidente Jair Bolsonaro. O objetivo principal do trabalho foi identificar a eventual existência de eixos temáticos, suas características e conexões com os princípios e valores contidos no acumulado histórico da política externa brasileira. Assim, busca-se apresentar um histórico da política externa brasileira, seus paradigmas e o conjunto dos valores e princípios que embasaram a atuação da diplomacia brasileira ao longo dos anos. A partir de fundamentos da APE (subárea das Relações Internacionais) focados no papel dos indivíduos, foi realizada uma pesquisa exploratória, com base em fontes primárias e secundárias, e abordagem qualitativa dos dados. O texto demonstra que, apesar de Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro buscarem a inovação dentro da formulação de política externa brasileira, constata-se que poucos aspectos podem ser tidos como modificadores da tradicional linha de atuação diplomática do Brasil.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Ernesto Araújo; Jair Bolsonaro; Eixos da política externa; Acumulado histórico.

ABSTRACT

The work addresses the main foundations that guided Brazilian foreign policy within the administration of Minister Ernesto Araújo (2019-2021) during the government of President Jair Bolsonaro. The main objective of the work was to identify the possible existence of thematic axes, their characteristics and connections with the principles and values contained in the historical accumulation of Brazilian foreign policy. Thus, it seeks to present a history of Brazilian foreign policy, its paradigms and the set of values and principles that have supported the performance of Brazilian diplomacy over the years. From the foundations of the FPA (International Relations sub-area) focused on the role of individuals, an exploratory research was carried out, based on primary and secondary sources, and a qualitative approach to the data. The text demonstrates that, despite Ernesto Araújo and Jair Bolsonaro seeking innovation within the formulation of Brazilian foreign policy, it appears that few aspects can be seen as modifying the traditional line of diplomatic action in Brazil.

Keywords: Brazilian foreign policy; Ernesto Araújo; Jair Bolsonaro; Axes of foreign policy; Accumulated history.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
3	ACUMULADO HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	17
3.1	Princípios e Valores do acumulado histórico da política externa brasileira.....	34
4	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2019-2021).....	37
4.1	Eixos da política externa de Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro.....	42
4.1.1	O eixo da democracia	43
4.1.2	O eixo da soberania	44
4.1.3	O eixo da transformação econômica e desenvolvimento	47
4.1.4	O eixo dos valores	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Em seu discurso de posse, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, formulou a seguinte proposição: “o presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória” (ARAÚJO, 2020). A nomeação do Ex-ministro para a chefia das relações internacionais do governo do presidente Jair Bolsonaro traz a clara mensagem de uma vontade de transformação:

Desde minha indicação para o cargo de Ministro das Relações Exteriores assumi a incumbência de fazer do Itamaraty e da política externa brasileira parte integrante desta transformação, rompendo as tradições de acomodação e irrelevância da política externa brasileira de tempos recentes (ARAÚJO, 2020, p. 135).

A Política Externa, de acordo com Hudson (2008, p.14), pode ser entendida como: “a estratégia ou abordagem que os governos nacionais escolhem para atingir seus objetivos nas relações com entes externos”. A diplomacia, conforme apresentado por Cervo (2008), se apresenta como a ação externa dos governos organizada em uma agenda de interesses moldados por objetivos, valores e padrões de conduta. Para Oliveira (2005), a política externa se constitui com uma equação envolvendo interesses de diferentes Estados e, na qual, se deve inserir os aspectos internos e externos para que se chegue ao melhor interesse político para determinado Estado. Tais lições induzem a percepção de que uma linha de política externa é projetada por seus formuladores tendo em vista uma agenda política própria do grupo que domina o poder, mas que possa agregar as demandas daqueles que elegeram os tomadores de decisão. Hélio Jaguaribe (2006, p.30) explica que: “a política externa de um país é condicionada, em função da imagem que se faça de si mesmo e do mundo e dos recursos de que efetivamente disponha, pelos objetivos internacionais que se fixe e por sua capacidade de atingi-los”.

Essa reflexão nos leva a explorar o modelo da política externa que está sendo proposto no atual governo brasileiro, ou seja, é fundamental examinar quais os pontos centrais que caracterizam a atuação internacional brasileira desde a chegada do presidente Jair Bolsonaro à chefia do Poder Executivo. Para Alexandra de Mello e Silva (1998), o Brasil construiu um acervo diplomático permanente de defesa de normas e posturas, a exemplo do pacifismo, não intervencionismo, igualdade soberana das nações e respeito ao direito internacional, percebidos como patrimônio histórico e correspondentes a um comportamento presumível da política internacional brasileira. Matias Spektor (2019, p. 259-260), em texto intitulado “Diplomacia da ruptura”, argumenta que o presidente Jair Bolsonaro “fez campanha prometendo romper com a

política externa dos governos que o antecederam” e que as pessoas escolhidas pelo presidente para formular a política externa do seu governo possuem um diagnóstico equivocada da história diplomática, gerando para o país um prejuízo e oportunidades que acabaram enfraquecendo o Brasil no sistema internacional.

Conforme Rubens Ricupero (2019), em entrevista concedida à Universidade Federal do ABC, a política externa apresentada por Bolsonaro e Araújo se mostra alienada em um contexto internacional que ele classifica como difícil. O atributo “alienado” é conferido, pois, para ele, o Ministério de Relações Exteriores brasileiro se mostrou incapaz de dar um diagnóstico correto da conjuntura global que está inserido, ou seja, não se revela apto a identificar as oportunidades e os desafios internacionais. Ainda no esteio da argumentação trazida por Ricupero (2019), os tomadores de decisão da Política Externa Brasileira (PEB) estão contidos dentro de um núcleo ideológico que permeia as bases do governo do atual presidente Jair Bolsonaro. Tal base ideológica, para Ricupero, não necessariamente estaria preocupada em adotar uma política externa de resultados, mas, em verdade, uma política que represente os interesses ideológicos que constituam as bases do Governo.

O ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em discurso realizado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, em 05 de março de 2020, apresentou o conceito da PEB adotada dentro do governo de Jair Bolsonaro. Naquela reunião, ele argumentou que a PEB era composta por quatro eixos: eixo da democracia, eixo da soberania, eixo da transformação econômica e do desenvolvimento e, por fim, o eixo dos valores (ARAÚJO, 2021, p.126). Importante destacar que o projeto de política externa brasileiro de Bolsonaro é intitulado de a “Nova política externa brasileira”. Assim, torna-se necessário discutir, neste trabalho, o que se entende por “Nova” política externa, levando-se em consideração os eixos destacados pelo ex-ministro.

Embora não tenha trazido em seu bojo o termo “nova política externa”, a proposta de Plano de Governo apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro, à época eleitoral no ano de 2018, contém uma seção específica para tratar da diplomacia institucional brasileira e que fora nomeada de “O Novo Itamaraty”. Os objetivos apresentados na campanha presidencial para as relações exteriores brasileiras defendem que a estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar pautada em valores que “sempre foram associados ao povo brasileiro.” Além disso, o presidente ressalta a necessidade de “fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil”, deixar de “louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália”, que não haverá mais “acordos comerciais espúrios” ou entrega do “patrimônio do Povo brasileiro para ditadores

internacionais”. Ademais, Bolsonaro propôs o aprofundamento da “integração com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras, precisamos redirecionar nosso eixo de parcerias”, uma aproximação aos países que foram “preteridos por razões ideológicas” e que “têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura” e por fim a “ênfase nas relações e acordos bilaterais” (BOLSONARO, 2018, p.79).

Tendo em vista que no país, o Executivo é o poder constitucionalmente designado para a definição da linha de atuação da política externa, conforme o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, e que a diplomacia exercida no Itamaraty possui eficácia e presteza para tratar os assuntos exteriores brasileiros. Podemos qualificar o Ministério das Relações Exteriores como um órgão burocrático e profissional, que, desde a sua criação, possui considerável autonomia para designar qual a linha de política externa a ser adotada no Brasil. Tradicionalmente, é uma instituição que desfruta de independência considerável em relação ao sistema social e ao conjunto do aparelho estatal. Conforme os ensinamentos de Cervo (2008), o Itamaraty, em virtude do insulamento que adquiriu ao longo do tempo, no sentido de possuir um padrão regular de carreira e controle sobre o sistema de recrutamento e formação profissional, foi desenvolvendo uma certa linearidade na agenda oficial da PEB. Nesse sentido, alguns padrões de conduta da diplomacia brasileira são percebidos de maneira clara quando se faz um estudo do seu acumulado histórico: autodeterminação, desenvolvimento como vetor, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, jurisdicismo, parcerias estratégicas e o multilateralismo, são alguns dos elementos que permearam a ação estratégica da diplomacia brasileira (CERVO, 2008, p. 26-31).

Considerando o cenário apresentado, o presente trabalho confrontará os propagados “quatro eixos” da PEB descritos acima pelas palavras de Araújo com os padrões de conduta históricos da diplomacia brasileira. Logo, é fundamental estudar os eixos elencados pelo ex-Chanceler para que se possa averiguar se as relações internacionais brasileiras propostas pelo governo de Jair Bolsonaro se inserem ou não dentro de um panorama geral da PEB já consolidado através da história.

Para se obter uma melhor compreensão da PEB desenhada pelo presidente Bolsonaro e pelos outros atores que lhe auxiliam nesse processo, e entender quais os fundamentos nos quais se baseia a nova linha de inserção internacional que estava sendo manifestada no período Ernesto Araújo, é fundamental analisar o conteúdo dos “quatro eixos” propostos pelo ex-chanceler. Nesse sentido, a presente pesquisa levanta o seguinte questionamento: **Como se caracterizam os eixos temáticos da proposta de política externa de Jair Bolsonaro e**

Ernesto Araújo? Ainda, esses eixos se relacionam com o acumulado histórico da Política Externa Brasileira?

Para cumprir o objetivo geral de cotejar os autoproclamados “eixos” da PEB de Araújo com o acumulado histórico da diplomacia brasileira, este trabalho cumprirá os seguintes passos: a) analisar e expor os princípios e valores contidos no acumulado histórico da PEB; b) apresentar os eventuais eixos que compõem a linha da política externa sob a condução do ministro Ernesto Araújo.

Desse modo, o presente estudo consiste em uma pesquisa de caráter exploratório, que visa identificar os princípios que sustentam a agenda de política externa adotada por Araújo (2019-2021). Nesse sentido, a primeira parte do trabalho é constituída dessa introdução, a segunda parte de uma pequena revisão teórica bibliográfica de caráter exploratório, com revisão da literatura, para analisar correntes teóricas de relações internacionais acerca do papel dos indivíduos na formulação da política externa de um Estado. A terceira parte é composta dos fatos, paradigmas, como também dos princípios e valores essenciais que fazem parte do acumulado histórico da política externa brasileira. A quarta parte será pautada em uma apresentação dos princípios e autoproclamados “eixos” que fazem parte do centro da linha de política externa brasileira do período Araújo.

Tal esforço terá como base a coleta de informações de fontes primárias (documentos, discursos e entrevistas concedidos pelo ex-chanceler entre 2019 até 2021), e secundárias (trabalhos acadêmicos e matérias jornalísticas sobre a política externa brasileira). Ainda, nessa terceira sessão, será realizada uma confrontação entre os autoproclamados “quatro eixos da política externa brasileira” de Araújo e o acumulado histórico da PEB. Assim, pretende-se verificar a existência de “novidade” na PEB, conforme defendido pelo ex-ministro. Se tais eixos divergiram ou não com as linhas tradicionais da diplomacia brasileira. Para tanto será feita apresentação qualitativa dos resultados. A última sessão será dedicada às considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Política Exterior dos países sofre transições ao longo de sua história. Tais mudanças podem ocorrer motivadas por atores políticos que surgem através de novos regimes, governos, partidos ou ideologias (CERVO, 2008). Neste processo influenciam, em grau diverso, variáveis como: identidade nacional, identidade cultural, capacidade de estabelecer consensos internos, grau de racionalidade na gerência das políticas de Estado, existência de projeto nacional, jogo interno conflitivo ou cooperativo dos grupos sociais, grau de autonomia decisória do homem de Estado e, conformismo diante de condicionamentos externos (CERVO, 2008, p.63).

O estudo da mudança da política externa é apresentado também no trabalho de Charles Hermann (1990), que apresenta quatro tipos principais de alterações: a) mudanças de ajuste - que se referem a uma alteração no grau de esforço e/ou de estilo da política externa, sem que haja alterações em seus objetivos ou na maneira como é feita; b) mudanças no programa - que estariam atreladas com o método ou meios pelos quais se busca resolver problemas ou atingir objetivos; c) mudanças em problemas/objetivos - nas quais os problemas ou objetivos iniciais que a política externa determina são substituídos ou perdem a razão para continuar existindo, havendo então uma mudança no próprio propósito da política externa; d) redirecionamento da orientação internacional - mais extrema, pois envolveria o redirecionamento da orientação de política externa, ou seja, a modificação de todo o padrão de inserção internacional daquele Estado (HERMANN, 1990, p. 5-6).

Hermann (1990) argumenta ainda que dentro de um determinado sistema político doméstico, duas mudanças precisam ocorrer para que se observe uma alteração na política externa desse país. Em primeiro lugar, deve haver uma mudança do sistema político doméstico e, em segundo lugar, a mudança tem que provocar alterações na política externa do governo. Hermann sustenta que os governos mudam suas políticas externas conforme um processo decisório. Tal processo seria iniciado com um agente primário da mudança (líderes, apoio burocrático, reestruturação doméstica ou um choque externo), tais agentes motivariam um processo de tomada de decisão que provocaria a mudança do programa de política externa, os objetivos ou problemas dessa política, ou mesmo uma mudança na orientação internacional (HERMANN, 1990, p.13).

Com base nas opiniões dos autores apresentados acima, pode-se argumentar que a eleição de Jair Bolsonaro e a nomeação de Ernesto Araújo para o cargo de Ministro das relações exteriores poderia implicar alterações na PEB. Isso pois, desde a posse do ministro, observa-se a intenção de estabelecer novos pontos na agenda diplomática brasileira. Nas palavras de

Araújo: “no sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs” (ARAÚJO, 2020, p. 29). Neste sentido, impõe-se observar a argumentação teórica da APE para que se identifique o processo de formulação e implementação da PE. Vejamos alguns aspectos deste debate.

O estudo do processo decisório em política externa, enquanto campo científico, inicialmente conferia um olhar mais unitário ao Estado. Este era visto como entidade monolítica e coesa no qual se manifestam os interesses acerca das questões originadas em dada sociedade. Em grande medida, se dava mais atenção às questões materiais, traduzidas em termos de recursos aplicados para influenciar outros atores dentro do sistema internacional. Tais preceitos eram propalados pelas lentes realistas (JESUS, 2009, p. 509-510).

De modo inverso e transformador, Graham Allison (1999) cataloga três modelos que são notáveis para se entender mudanças na formulação das linhas de política externa: a) o modelo clássico - o Estado é considerado como unitário, racional, unificado e as decisões são tomadas a partir de um cálculo dos meios adequados para que se alcance objetivos claros; b) o modelo do processo organizacional - definido como resultado de uma operação conjunta de organizações governamentais coordenadas por seus líderes; c) modelo de política burocrática - produto da concorrência entre as diferentes agências governamentais. Para este último, Allison (1999) argumenta que, entre os atores responsáveis pela formulação de política externa, cada um terá diversas percepções e prioridades. Assim, consolidação das agendas de política externa se dá como resultado dessa disputa (apud OLIVEIRA, 2005, p. 19).

Com o desenvolvimento de tais perspectivas teóricas passa-se a ponderar a respeito das características do Estado, criticando-se aquelas visões que o consideravam como ente unificado. Desse modo, surge a preocupação com os “indivíduos” designados para conduzir os processos de tomada de decisão. Torna-se razoável indagar, portanto, pelos elementos cognitivos motivadores das tomadas de decisão.

Neste contexto, alguns autores passam a evidenciar o elemento humano presente nos processos de tomada de decisão (SNYDER, BRUCK, SAPIN, 1954; SPROUT, SPROUT, 1956; ROSENAU, 1966; VETZBERGER, 1990; ROSATI, 2001). Conforme esclarece Hudson (2005), os estudos no campo de Relações Internacionais estão ancorados em uma premissa fundamental: todas as relações que acontecem entre determinadas nações são provocadas pela atuação das pessoas que tomam as decisões, sejam elas derivadas da atuação de grupos, ou ainda apenas pela manifestação de um ator unitário. Portanto, entender como os sujeitos responsáveis pela formulação de políticas externas percebem e tomam decisões de acordo com

a conjuntura global que o cerca, bem como de que maneira o contexto global pode moldar ou ser moldado pelo ator, são fundamentais para aqueles que estudam as Relações Internacionais. (HUDSON. 2005, p.1).

Isto posto, Hudson (2005) argumenta ainda que o subcampo da análise de política externa dentro da disciplina de Relações Internacionais se mostra capaz de propor teorias concretas que expliquem a relação entre Estado como ator unitário e os responsáveis pela condução das políticas desse ente, se atendo ao processo de tomada de decisão.

Frequentemente, pode-se examinar não apenas uma única decisão ou indecisão, mas uma constelação e / ou sequência de decisões tomadas com referência a uma situação particular. Em outras ocasiões, é o processo de tomada de decisão que é o foco da investigação, incluindo reconhecimento de problemas, enquadramento, percepção, priorização de metas, avaliação de opções e assim por diante (HUDSON, 2005, p.2).

A autora destaca, ainda, algumas características que estão dispostas nesse arcabouço decisório que são objeto de estudo na disciplina de APE. Nesse sentido, a APE identifica a formulação de política externa como produto de uma base multifatorial para examinar variáveis decorrentes de mais de um nível de análise. A APE, portanto, apresenta uma multidisciplinaridade, já que esta poderá se basear em elementos de economia, sociologia, antropologia, psicologia etc. Outra característica da APE, como bem salienta Hudson (2005), é a constatação de que os Estados não são agentes, mas abstrações que dependem da gestão de indivíduos para formular e modificar políticas internacionais. Ademais, a APE se constitui como uma teoria “*actor-specific*”, ou seja, voltada para analisar informações específicas e concretas das pessoas por trás dos processos de tomada de decisão em política externa. Por fim, a APE é capaz de estabelecer a intersecção entre os determinantes primários da atuação dos Estados, os fatores materiais e os ideacionais, sendo o elemento humano o ponto que liga essas duas determinantes primárias.

Outro ponto fundamental da APE, segundo Hudson (2005), é o argumento da existência de complexidade na “mente do formulador” de política externa. Assim, deve-se atentar para as crenças, atitudes, valores, experiências, emoções, concepção de nação, dentre outros, que são produtos da junção da história, cultura, geografia, economia, instituições políticas, ideologias e outros fatores de um dado contexto social. Nesse sentido, é fundamental que se observem as características individuais dos tomadores de decisão, já que tais características são cruciais ao entendimento das escolhas. Como exemplo, observa-se em Araújo sinalização de sua concepção da identidade dos brasileiros:

Eu acho que um grande elemento é o que você pode chamar de sentimento conservador, *lato sensu*, do povo brasileiro, ou seja, toda a esfera da fé, da família, da

preocupação com a segurança, com a capacidade dos pais de determinar, digamos, a educação de seus filhos. Essa esfera do sentimento conservador eu acho que é muito determinante e foi muito negada ao povo brasileiro (ARAÚJO, 2021, p. 154).

Margaret Hermann (2001) ensina que os processos de tomada de decisão em política externa derivam de uma questão internacional ou doméstica que provoca resposta da unidade decisória oficial. Tal unidade decisória pode ser composta pelo líder predominante, por um grupo ou por uma coalizão que irão compor o processo decisório e apresentar uma ação de política externa para solucionar essa questão. Hermann (2001) argumenta que os formuladores de política externa possuem seus objetivos e metas que acreditam ser importantes e que os motivam a cumprir tarefas durante as suas administrações. Desse modo, as agendas dos tomadores de decisão serão baseadas no que eles creem ser mais fundamentais dentro do seu governo.

Keohane e Goldstein (1993) apresentam uma abordagem conceitual acerca das ideias e sua importância em tomadas de decisão em PE. A preocupação principal dos autores é expor uma relação de causalidade entre os resultados de políticas adotadas e o impacto que as ideias possuem neles. “Ideias ajudam a organizar o mundo. Organizando o mundo as ideias formam agendas que podem moldar profundamente resultados” (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p.12). Os autores sugerem caminhos causais pelos quais acreditam que as ideias podem influenciar resultados políticos. Nesse sentido, as ideias podem servir como mapas de estrada, ou seja, as ideias são importantes para guiar os tomadores de decisão em uma arena política indefinida onde os atores se deparam com incertezas acerca dos seus interesses e como os maximizar (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p.16).

O segundo caminho que as ideias podem oferecer aos tomadores de decisão, tratados por Goldstein e Keohane (1993, p. 17-23), é o de servir como pontos focais para estabelecer soluções cooperativas, portanto, as ideias mitigam problemas que surgem de conflitos de interesse dentro de um grupo que não apresentam soluções em conjunto. Nessa perspectiva, os autores trabalham com o contexto de interações estratégicas da teoria dos jogos. Os fatores ideacionais podem operar ainda, conforme entendimento dos autores, como causas de mudança de normas e regras existentes. Para que uma mudança nesse sentido ocorra, as ideias devem estar dentro do debate político mediado por instituições. Uma vez dentro do ambiente de uma organização, o estudo se daria através da análise de como essas instituições políticas mediam a relação entre as ideias e os resultados políticos.

Para Mônica Herz (1994), processos históricos são responsáveis por produzir estruturas de conhecimento que formam a cultura internacional dentro de uma coletividade.

Fundamentando essas estruturas de conhecimento, a autora identifica três fontes distintas. A primeira é a doutrina, que representa um conjunto de crenças e valores centrais da coletividade, responsável pela sistematização e hierarquização das ideias. As doutrinas políticas, portanto, seriam: “formuladas explicitamente pelos grupos que as adotam e se tornam oficiais no momento em que estes assumem as rédeas do Estado” (HERZ, 1994, p. 84). Ademais, a autora destaca a fonte das tradições de uma nação, que são construídas por meio de experiências históricas de longa duração e voltadas para a inserção internacional do Estado. A terceira fonte decorre da natureza interativa do sistema internacional, pois as relações entre os atores do sistema resultam em normas criadas conforme a interação entre o ambiente operacional e o ambiente psicológico dos atores no sistema. As normas derivadas dessas interações no sistema internacional são incorporadas à cultura internacional das nações. Nesse sentido as “normas são avaliações sobre como um comportamento deveria ser, expectativas coletivas sobre como um comportamento será e reações a um comportamento” (HERZ, 1994, p.85).

Dentro da perspectiva de doutrina política que representa o conjunto de hierarquização de ideias, temos uma breve exposição do entendimento possuído pelo ex-ministro Ernesto Araújo: “eu tenho tentado colocar essas esferas dos valores como um dos eixos fundamentais. Eu tenho procurado dividir, racionalizar um pouco tudo isso em quatro eixos, e esse eixo dos valores, que é o mais difuso, o mais difícil de administrar, como um dos eixos fundamentais” (ARAÚJO, p. 159-160).

Há que se destacar, também, o modelo de análise proposto por Alexandra de Melo e Silva (1998) para o estudo do papel das ideias na PEB. Um modelo composto por duas etapas que a autora considera como complementares. Assim, em uma primeira etapa, seria necessário reconstruir as principais crenças e ideias presentes dentro das publicações diplomáticas brasileiras com uma análise de conteúdo a ser orientada por três componentes fundamentais: a) as concepções sobre a natureza e a estrutura do sistema internacional; b) as concepções sobre a inserção brasileira no sistema internacional, conferindo uma atenção de destaque para as noções de papel, status e pertencimento; c) a concepção de identidade nacional e a forma como se manifesta no comportamento externo. Na segunda etapa, através do entendimento dos mecanismos causais que explicam o papel de crenças e ideias sobre o processo de formulação das políticas externas, a análise deve estabelecer uma relação entre o conteúdo cognitivo do discurso diplomático e a formulação da política externa (SILVA, 1998, p.148-149).

Outra perspectiva de caráter analítico da PE é o estudo paradigmático. Este, é um método pautado na observação empírica de fatos históricos com a finalidade de elaborar modelos explicativos para o conjunto desses fatos. Nesse sentido, O modelo de análise

paradigmática proposto por Cervo (2008) é importante, pois observa-se empiricamente as experiências históricas das articulações entre os níveis diplomático, político e das relações internacionais. Para Cervo (2008), a análise paradigmática envolve a ideia de nação que o povo ou seus dirigentes fazem de si mesmos e a ideia que projetam para o mundo. É a identificação dessas ideias de identidade cultural que condicionam os desígnios duradouros da política exterior. O paradigma envolve, também, a percepção de que os interesses nacionais são alterados conforme um ou outro paradigma existente ou pretérito. Por fim, o estudo paradigmático “envolve o modo de relacionar o interno ao externo e a manipulação da informação para estabelecer o cálculo estratégico e orientar a decisão” (CERVO, 2008, p.66).

A análise dos paradigmas pode apresentar dois resultados: a) o efeito cognitivo - que representa o elemento do comportamento humano e b) o efeito operacional - que é o modo de proceder em formulação de política externa ou de controlar as relações internacionais. Ademais, Cervo (2008) argumenta que a construção de conceitos paradigmáticos pode resultar em quatro problemas postos à pesquisa:

a) a origem, ou seja, a multicausalidade interna e externa que se localiza em sua gênese e é necessária para compreender sua formação; b) continuidade e falência, isto é, fatores que perduram ou preparam a transição para novo paradigma; c) bloco mental, composto pelos parâmetros ideologia e política próprios do paradigma; d) enfim, bloco duro, composto pelos parâmetros percepção dos interesses nacionais, relações econômicas internacionais e impactos sobre a formação nacional, elementos estes que também são próprios do paradigma (CERVO, 2008, p.67).

Os argumentos teóricos aqui apresentados serão fundamentais para entender o papel dos elementos cognitivos na formulação da PEB propostos por Araújo. Conforme será examinado no presente trabalho, o papel que as percepções do ex-ministro exerceram para a definição da agenda diplomática estará claro com o exame dos autoproclamados “eixos” referenciais que deveriam guiar a PEB.

3 ACUMULADO HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

No presente capítulo se realizará um apanhado histórico da atuação diplomática brasileira. Serão descritos fatos e momentos históricos da PEB, fundamentalmente, analisados sob à luz da análise paradigmática. O objetivo será expor as principais ideias implementadas na PEB, culminando com a identificação do conjunto de princípios e valores que foram a base de atuação diplomática brasileira e compõem, de acordo com Cervo (2008), o acumulado histórico da PEB. De modo sumário, pode-se apresentar os seguintes princípios e valores: a) o sentido da lei e o respeito às normas do direito internacional (Jurisdicismo); b) autodeterminação, não intervenção nos assuntos internos de outros povos e solução pacífica de controvérsias, ação externa cooperativa e não-confrontacionista; c) convivência pacífica entre as nações e cordialidade oficial no trato com os vizinhos; d) respeito aos direitos humanos; e) desenvolvimento como vetor; f) parcerias estratégicas; g) independência de inserção internacional.

Conforme Paulo Roberto de Almeida (2013), as ideias e ações identificadas ao longo da história diplomática brasileira derivaram do quadro de atores responsáveis por essa atuação. Desde líderes políticos, dirigentes estatais, corpo profissional diplomático, intelectuais ou membros de uma elite, as formulações partiram de ideias conectadas à essas pessoas e foram fruto do cerne intelectual, do envolvimento com assuntos públicos, da atuação em causas que ultrapassam o grau das vidas privadas de cada um deles, tendo em vista os interesses do Estado. Almeida (2013) considera ainda que os princípios e concepções basilares da atuação brasileira não foram criados pelos próprios atores, mas surgiram de conhecimento e experiências próprias de cada um. Nesse sentido, argumenta que o Brasil não inovou em lições de diplomacia ou de política externa, mas que todas as escolhas para tomada de decisão diante dos desafios externos, serviram de base para consolidação de uma composição de melhores soluções diplomáticas para os desafios históricos do país.

O estudo do agregado histórico da atuação diplomática brasileira implica na identificação não só de conteúdos específicos e do acervo de princípios e valores inerentes à sua conduta. Identifica-se, dentro do conjunto das atuações de política externa, determinados paradigmas que demonstram todo o conjunto político e ideológico por trás do pensamento de diplomatas e atores políticos. Nesse sentido, o enfoque paradigmático é empregado pelos pensadores da PEB como modelos de análise dos fatos históricos, tendo em vista algumas circunstâncias que envolvem os espaços político, diplomático e o de relações internacionais.

Para Maria Regina Soares de Lima (1994) o Brasil adotou dois paradigmas de política externa: o da aliança especial com os Estados Unidos da América e o paradigma globalista. O primeiro paradigma apresentado, consiste no estabelecimento de relações preferenciais com os EUA, pois esta nação era vista como uma potência global dentro do hemisfério ocidental, ou até mesmo mundial, a depender do momento histórico. O alinhamento diplomático aos Estados Unidos foi articulado, em dados momentos, por razões ideológicas que os formuladores da PEB entendiam como afeitas ao pensamento brasileiro. O alinhamento foi, também, pensado por razões pragmáticas na intenção de elevar os recursos de poder do país. O paradigma globalista, que era apontado como uma visão alternativa ao paradigma americanista, foi inserido nas políticas externas brasileiras a partir de uma diversificação das relações internacionais. Importante destacar que o globalismo não surge apenas com o crescimento da interdependência global do final do século XX, na verdade, as relações multilaterais dão conta de um padrão globalista.

Pinheiro (2000), destaca que a PEB pode ser dividida em “grandes momentos”, articulados dentro da dicotomia paradigmática de globalismo ou americanismo. O primeiro momento americanista ocorre no início do século XX e perdura até o final dos anos 1950 (exceto a fase de equidistância pragmática definido por Gerson Moura). O segundo momento de alinhamento aos Estados Unidos ocorreu entre os anos de 1964 e 1974, nos governos militares. E um terceiro momento “americanista” nos anos 1990, com a eleição de Collor de Mello. Os momentos de Globalismo, em uma primeira fase, dentro da Política Externa Independente, que marcou o período de 1961 a 1964 e, outra vez globalismo no governo de Ernesto Geisel. Pode-se argumentar, através da observação empírica, que o padrão globalista foi adotado dentro dos governos do início do século XXI (Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer).

O enfoque paradigmático é também aplicado ao apanhado histórico da diplomacia brasileira por Amado Cervo (2008). O autor identifica quatro paradigmas da PEB, sendo eles: a) o paradigma liberal-conservador do século XIX e da primeira república, que vigorou de 1810 até 1930; b) o paradigma desenvolvimentista entre 1930 e 1989; c) o paradigma neoliberal, que o autor também designa como normal (1990-2002); d) o paradigma logístico que surge com a chegada do presidente Lula da Silva. Os enfoques paradigmáticos aqui descritos serão analisados conforme a exposição dos elementos históricos do presente capítulo.

A diplomacia brasileira desde a época imperial já se mostrava como um grande fator para a construção do país, uma vez que a recém independente colônia buscou, através das suas relações diplomáticas, apoio e reconhecimento para seu processo de independência nacional e

de consolidação das suas fronteiras. Durante o período imperial, o quadro diplomático brasileiro contava com características que Cheibub (1985) assinala como uma estrutura que não detinha características tão burocráticas e profissionais como se vê atualmente. Em verdade, o autor destaca que, no país, predominaram traços de patrimonialismo e baixo grau de profissionalização, ressaltando que pouca distinção havia entre os interesses pessoais dos integrantes e os interesses públicos da nação. As relações exteriores, na visão do autor, eram permeadas por estadistas do império que compunham uma elite estável e homogênea, fator que foi importante para o Brasil em comparação com outros países vizinhos.

Com a passagem para a república, o traço principal permanece com relação à diplomacia. Aqui, a preocupação, conforme Cheibub (1985), é com a consolidação territorial do país. O ator fundamental na história diplomática brasileira é José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Seus trabalhos em negociações e arbitragens internacionais para a consolidação do território nacional, que era objeto de disputas, consagrou grande prestígio à diplomacia brasileira. O Barão foi considerado por Cheibub (1985) como um agente de caráter carismático, estilo personalista, e que centralizou em si muitas funções administrativas do trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Cumprе salientar que a inserção internacional brasileira, desde o século XIX, era marcada por constrangimentos do sistema internacional vigente. No período, as regras e condutas para a atuação internacional eram ditadas por modelos formulados pelas potências europeias detentoras da superioridade econômica da revolução industrial (CERVO, 2008). Os países da América Latina como um todo passam a seguir a cartilha determinada pelo velho continente, que impunha um modelo de conduta diplomática, o modo de organizar seu comércio internacional e a vida burocrática.

Cervo (2008), batiza o modelo de inserção internacional brasileiro de 1810 até 1930 como o paradigma liberal-conservador. A fórmula utilizada pelos países centrais foi a política de portas abertas, onde os países periféricos, como o Brasil, eram induzidos a negociar tratados bilaterais e abrir os mercados para os manufaturados europeus. Nem mesmo os produtos primários brasileiros eram correspondentes nas potências europeias, pois estas, possuidoras de colônias, preferiam fortalecer as mercadorias derivadas desses territórios. A ideologia do liberalismo, de matriz europeia, era predominante e “determinava o modo de se organizar a produção, de se fazer o comércio e de portar com o exterior, nos domínios das finanças e do comércio” (CERVO, 2008, p. 69).

Bueno e Cervo (2014), acreditam que com a instauração da república brasileira, se inaugura um novo regime diplomático, rompendo-se com grande parte da tradição imperial. Os

autores argumentam que o desejo de americanização era parte integrante do movimento republicano brasileiro. Esse desejo deve ser lido como a vontade de aproximar as relações com os norte-americanos, como também com os vizinhos do sul. Norma Breda dos Santos (1991) expõe que, durante o período da primeira república, a diplomacia brasileira apresenta dois pontos que ressaltam o alinhamento: a) um gradativo alinhamento dos interesses brasileiros aos interesses norte-americanos, por meio de acordos comerciais e entendimentos políticos; b) o respeito aos meios jurídicos para estabelecer o território definitivo da fronteira brasileira com países vizinhos.

Rubens Ricupero (2006) argumenta que o Barão do Rio Branco, à época da primeira república, foi fundamental para identificar a emergência dos Estados Unidos como uma futura potência global. Ao estabelecer a embaixada brasileira em Washington em 1905, o autor considera que o cálculo estratégico foi fundado em: a) apoio dos norte-americanos aos brasileiros para as lides envolvendo a consolidação das fronteiras; b) razões econômicas, pois os EUA eram o principal parceiro econômico brasileiro.

O paradigma de alinhamento aos EUA foi traçado pelo Barão consoante um compartilhamento de valores e percepções sobre os critérios de legitimidade internacional, configurando um alinhamento de ideias entre os dois países, e um reconhecimento da disparidade de poder entre Brasil e Estados Unidos, utilizada a serviço dos objetivos brasileiros. Aceitou-se, desse modo, um “vínculo pragmático ou utilitário entre o apoio a posições norte-americanas no cenário global ou hemisférico, em troca da ajuda ou benevolência de Washington em relação a objetivos brasileiros” (RICUPERO, 2006, p. 52).

No início do século XX o Itamaraty passa por um processo de transformação e adota uma estrutura mais racional e burocrática em sua atuação. Notadamente, toda a estrutura da administração pública passa por essa modificação. Conforme observa Cheibub (1985), em uma fase pós 1945, se observa que o Itamaraty adquire um caráter de maior autonomia e participação na formulação da política externa. A partir de 1930, Amado Cervo (2008) afirma que o Brasil passa a uma fase em que o desenvolvimento do país é a linha mestra para a sua atuação internacional.

Nesse sentido, forças internas demandam uma maior modernização do país, lideradas pelos setores sociais que criticavam a dependência da economia brasileira em relação aos países centrais. A conjuntura internacional era de queda de importações e exportações por conta da crise econômica no centro do capitalismo, disputas pelo mercado e pelo sistema produtivo internos, por parte das potências capitalistas, a divisão do mundo em blocos e a política norte-americana de boa vizinhança com Franklin D. Roosevelt.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, observa-se uma mudança da linha diplomática brasileira. Cervo (2008) acredita que o modelo de inserção internacional brasileira, a partir de 1930, era fundado em uma vontade de cumprir os interesses de uma sociedade complexa, voltada aos empresários, industriais, agricultores, operários, camponeses, militares e outros, uma ampliação do interesse nacional, não apenas se restringindo aos anseios da classe agroexportadora. No mesmo sentido, Moura (2012) argumenta que a mudança política de 1930 afetou significativamente a economia e a sociedade brasileira, mas que não houve alteração da estrutura de dominação social e as massas continuaram excluídas da vida pública. O que se observa é uma maior interferência do Estado na economia. Para o autor, a mudança para o paradigma desenvolvimentista detém alguns traços, dentre eles: a) a vontade de promover essa maior industrialização nacional; b) a vontade de obter maior autonomia decisória e com isso alcançar ganhos recíprocos nas relações internacionais; c) superar as desigualdades nacionais com um modelo de desenvolvimento nacional assertivo.

O contexto internacional do início do paradigma desenvolvimentista foi marcado pela grande depressão de 1929, que atingiu todo o mundo, provocando menor integração e uma diminuição dos fluxos comerciais entre os países. O Brasil buscava uma maneira de expandir a indústria do país, rompendo com a diplomacia da agroexportação, pois se observou a queda drástica no preço do café, e que o papel exportador de produtos primários brasileiros perde força. Desse modo, houve uma gradativa edificação do parque industrial brasileiro para melhor integração do país, seu desenvolvimento, independência, autonomia, superação da miséria e prestígio internacional (FAVERÃO, 2006). Um alinhamento automático aos Estados Unidos sofre um desgaste, e o pragmatismo na atuação externa brasileira ganha força, destacando-se uma maior autonomia brasileira em sua atuação diplomática.

Importante ressaltar que a atuação diplomática, nesse período, refletia as divisões políticas da época. Posições em favor de alinhamentos aos EUA ou ao Eixo eram tomadas em conformidade com a política prevalente ou das situações específicas em debate. Moura (2012) confere destaque ao papel de Vargas na tomada de decisões em política externa, detendo a palavra final em muitos dilemas. Essa proeminência de papel decisório se refletia no objetivo de explorar as melhores oportunidades decorrentes da concorrência entre EUA e Alemanha por influência no Brasil. É diante das oscilações entre uma potência e outra, em termos de benefícios comerciais políticos e militares, como reequipar as forças armadas brasileiras e a necessidade de investimentos, especialmente para obter uma grande siderúrgica, que o autor batiza o período como um equilíbrio pragmático, também nomeado de “equidistância pragmática entre os dois centros hegemônicos emergentes” (MOURA, 2012, p.62).

Com a chegada da segunda guerra mundial, o Brasil abandona a linha de equidistância pragmática e adota a postura de alinhamento aos Estados Unidos. Oswaldo Aranha, então ministro das relações exteriores, era um dos defensores da postura pró norte-americanos e liderou uma missão aos Estados Unidos para tratar de assuntos políticos, comerciais e financeiros, para atrelar o Brasil ao sistema de poder dos EUA. Para Bueno e Cervo (2014), a missão aranha representava o início do fim do modelo de equidistância pragmática. As relações entre os dois países ganham mais destaque quando se observa que o Brasil obtém o apoio necessário para a construção da usina siderúrgica em Volta Redonda e, em contrapartida, apoia os aliados no conflito mundial.

Ao final da segunda guerra mundial, o Brasil objetiva manter a estrutura de alinhamento aos Estados Unidos. A ideia era que o país tivesse um lugar de destaque junto aos aliados norte-americanos, em função do apoio conferido no conflito, para conseguir apoio financeiro, tecnológico e político ao projeto de desenvolvimento nacional. O Brasil, por consequência dessa aproximação, redemocratiza suas instituições no intuito de se parer aos ideais norte-americanos. Nesse sentido, temos como decorrência desse processo democratizante das instituições, a eleição de Eurico Gaspar Dutra em 1946. Com o novo presidente, teremos a ideia de aprofundamento ao alinhamento com os Estados Unidos com vistas à obtenção de uma relação especial, inclusive com a manutenção de uma posição militar única na América Latina. No governo Dutra se observa que o alinhamento foi tomado como o objetivo da política externa, um fim em si mesmo.

Durante o período Dutra, alguns exemplos são notáveis para destacar a atuação brasileira pró EUA. Nesse sentido, temos em 1948 a missão Abbink, uma comissão técnica para estudar a situação econômica brasileira. O Brasil assina o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), que prevê mecanismos de manutenção da paz e segurança do hemisfério. Há a ruptura de relações diplomáticas com a URSS, medida que decorreu da cassação do registro do partido comunista brasileiro. Além da atuação na ONU com o voto em conformidade com os EUA em relação à China, postura que denota o alinhamento claro à potência maior do bloco ocidental. Importante apontar que essas medidas de ruptura decorrem do alinhamento automático aos Estados Unidos, sobretudo dos fundamentos ideológicos que sustentavam a crença do presidente Dutra. No entanto, a busca pela captação de recursos para desenvolvimento através dessa associação com os norte-americanos, que se mostram mais interessados na reconstrução dos países capitalistas europeus e o Japão, restou pouco frutífera para os brasileiros, a análise de Gerson Moura (1990) é que houve um alinhamento sem recompensa.

A volta de Getúlio Vargas ao poder mostra a continuidade do uso da política externa sob o princípio do desenvolvimento como vetor em política externa. O presidente utiliza a estratégia de barganha como ferramenta para atingir a cooperação econômica em prol do desenvolvimento brasileiro. Vargas procurou uma maior inserção brasileira em Organizações Internacionais, como também na ampliação do número de missões diplomáticas no exterior. O presidente mostrou sinais de não usar a tendência de alinhamento automático e, adotou medidas nacionalistas como o monopólio estatal do petróleo e o Decreto Lei que limitou as remessas de lucros para o exterior do capital investido no Brasil (BUENO e CERVO, 2014).

Entre 1954 e 1958, Vizentini (1994) acredita que houve um autêntico hiato na PEB, onde o presidente Café Filho manobrou uma abertura econômica ao capitalismo internacional e, um retorno ao alinhamento automático com a diplomacia dos Estados Unidos, tal como no governo Dutra. Nesse sentido apresenta que: “o projeto de desenvolvimento é momentaneamente abandonado em nome de um liberalismo econômico extremado, enquanto a barganha nacionalista desaparece das palavras e atitudes do governo” (VIZENTINI, 1994, p. 102).

A eleição de Juscelino Kubitschek é identificada como o início da fase da Política Externa Independente (PEI). Bueno e Cervo (2014) asseveram que o nacional-desenvolvimentismo, a partir desse momento, passou a ser a chave para se compreender as relações internacionais brasileiras desde então. Outros pontos que os autores destacam no período são a exacerbação do nacionalismo, do antiamericanismo e da denúncia do imperialismo, não somente no Brasil, como também em toda a América Latina. Faverão (2006) acredita que o modelo de alinhamento se mostrava desgastado, e um questionamento da proximidade intensa aos EUA era questionado. Nesse sentido, a premissa era a diversificação das relações exteriores brasileiras em busca de novos mercados e, a retomada de relações comerciais com a União Soviética é um exemplo claro de tendência universalista em política externa.

Durante o governo de JK deve-se destacar alguns fatos importantes para as relações internacionais brasileiras. O lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) em 1958, que visava a captação de recursos para o desenvolvimento econômico, além de colocar o Brasil em uma posição de liderança entre os países latino-americanos, como também, assegurar boas relações com os EUA (MOURA, 2002, p.51, apud FAVERÃO, 2006, p.57). Além da OPA, pode ser observado o surgimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que Ricupero (2006) acredita ter sido uma influência direta ou indireta da OPA.

Outro fato importante foi a assinatura do Tratado de Montevideu por países latino-americanos, tal instrumento dá origem a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), denotando um maior movimento pró cooperação econômica entre os países. Além disso, cabe o destaque para a defesa do princípio da autodeterminação dos povos na ocasião da XV Assembleia Geral da ONU em 1960, mas que não retrata o claro posicionamento anticolonialista durante o governo de JK. O Brasil desenvolveu uma política de aproximação e favorável a Portugal nas Nações Unidas, país detentor de colônias à época. Silva (1992, p.43) ao retratar a política externa do governo JK constata que “foi justamente na capacidade de ter articulado num discurso coerente os temas da autonomia, do desenvolvimento e do multilateralismo que residiu a contribuição inovadora da política exterior de JK”.

Ainda durante o paradigma desenvolvimentista da PEB, conforme doutrinado por Cervo (2008), teremos a fase da Política Externa Independente. Tal momento abrangeu o período entre 1961 e 1964, dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, e cinco ministros da pasta das Relações Exteriores, com destaque para a atuação do ministro San Tiago Dantas. Vizentini (1994) argumenta que o núcleo base da PEI pode ser identificado em cinco princípios, sendo eles: a) ampliação do mercado externo dos produtos primários e dos manufaturados brasileiros; b) formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômicos; c) manutenção da paz por meio da coexistência pacífica entre os Estados, inclusive entre os que possuíam ideologias antagônicas, e o desarmamento geral e progressivo; d) não intervenção nos assuntos internos de outros países, autodeterminação dos povos e primado do Direito Internacional para solução de controvérsias internacionais; e) a emancipação completa dos territórios não autônomos. Ademais, conforme Vizentini (1994), podemos observar a PEI como “um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil” (VIZENTINI, 1994, p. 30). O autor acredita que a política externa da época era um instrumento fundamental para o desenvolvimento.

Ainda com relação ao período da PEI, cumpre salientar alguns pontos de relevo da atuação diplomática brasileira. Ricupero (2006) argumenta que a PEI promoveu algumas atuações de destaque, tais como: atitude crítica em relação ao isolamento de Cuba, inclusive como parte de um polo de resistência à suspensão do regime na OEA; simpatia pela descolonização na África portuguesa; preparação para o restabelecimento de relações com a União Soviética; reaproximação com a China comunista e afinidade com o movimento dos países não-alinhados durante a Guerra Fria; bem como a atuação contributiva, dentro da ocasião da primeira conferência de comércio e desenvolvimento das Nações Unidas, para alterações no modelo econômico internacional de regras, instituições e procedimentos de Bretton Woods.

A chegada do regime militar traz consigo algumas alterações da linha de PEB. Em um primeiro momento teremos a retomada de um alinhamento com os Estados Unidos dentro do governo de Humberto de Alencar Castelo Branco. Após o período do primeiro governante militar, Artur da Costa e Silva chega ao poder com uma premissa diferente e entendimentos voltados ao multilateralismo e a união dos países subdesenvolvidos. A tendência leste-oeste durante a guerra fria estava cedendo espaço para as desigualdades norte-sul, de acordo com o entendimento brasileiro. Emílio Garrastazu Médici, sucessor de Costa e Silva dentro do regime militar, apresenta uma abordagem diferente das duas anteriores no lançamento do projeto Brasil Potência.

Martins (1975) acredita que a principal fonte de inspiração dentro do governo Castelo Branco foi a crença na Guerra Fria como o principal fenômeno da história contemporânea. Nesse sentido, argumenta o autor que o Brasil buscava nos EUA o apoio econômico através de fluxos de investimentos e empréstimos, como também o assessoramento técnico nos principais órgãos de planejamento nacional, regional e setorial. O Brasil passa então por um processo de adequação para criar um ambiente favorável à expansão dos negócios norte-americanos. Em termos de medidas, o combate à inflação e restrições de crédito, nova legislação sobre remessa de lucros contra restrições existentes são observadas.

O entendimento do governo brasileiro era que os Estados Unidos iriam auxiliar o país no seu desenvolvimento, inclusive com uma esperada reserva de mercado da economia americana para produtos brasileiros. As ideias de Castelo Branco são bem observadas por Miyamoto (2013) quando demonstra que o presidente que entendia o mundo como: “interdependente, localizado geograficamente de forma definida, com valores identificados com o da civilização ocidental cristã, em um contexto de disputa bipolar pelo controle do mundo” (MIYAMOTO, 2013, p.10).

Nesse período, o Brasil passa a encampar a tese de segurança coletiva dos EUA, rompe relações com Cuba, e participa diretamente da operação militar destinada a manter a ordem na República Dominicana, claramente rompendo com o valor da não intervenção nos assuntos internos das outras nações. Ainda segundo Martins (1975), a ideologia do anticomunismo afeta as relações com a China comunista, que fecha as portas ao mercado brasileiro, em consequência da prisão de membros chineses de uma missão comercial no Brasil. O autor observa que as expectativas colocadas nos EUA como promotor do desenvolvimento brasileiro foram derrubadas pela realidade, uma vez que não se observou a entrada de capitais estrangeiros no montante previsto, as estruturas do comércio internacional permaneceram lesivas aos países periféricos e não houve a reserva de mercado norte-americano aos produtos brasileiros.

Costa e Silva sobe ao poder e substitui as linhas mestras da política externa de Castelo Branco. A tese de divisão mundial, que vigorava no pensamento brasileiro durante a guerra fria, é prontamente abandonada e as questões intrablocos se sobressaem em relação aos problemas interblocos. Os fatores relacionados ao subdesenvolvimento dos países do terceiro mundo eram vistos, de acordo com os formuladores da política externa desse período, como mais graves que o perigo do comunismo internacional. Martins (1975) ressalta que a tese da segurança coletiva empregada no governo anterior fora substituída pelos conceitos de segurança nacional e soberania nacional, exemplificada na recusa de assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

Com relação ao desenvolvimento, a estratégia adotada pelo governo brasileiro foi pela via integracionista e correspondente à sua posição terceiro mundista. Em vista disso, a saída para o subdesenvolvimento se daria com uma via de integração com países de terceiro mundo. A denominada diplomacia da prosperidade (MARTINS, 1975) buscava a colaboração externa para acelerar o progresso econômico e social com uma atuação solidária no plano internacional. A ideia era lutar em conjunto com os países subdesenvolvidos para superar os obstáculos impostos pelos desenvolvidos. Nessa fase da PEB, alguns pontos de atrito são observados na relação com os norte-americanos, fundamentalmente nas questões ambientais, a não adesão ao TNP e o tema do mar territorial. Tais pontos nos fazem perceber a linha de maior autonomia decisória que o Brasil buscava em relação aos constrangimentos externos.

Dentro do governo Médici, o paradigma do desenvolvimento continua a ser aplicado. Martins (1975) ensina que a política externa foi reconfigurada até mesmo em sua nomenclatura. Assim sendo, o Brasil passa a adotar uma divisão entre política externa brasileira e política internacional do Brasil. A primeira referia-se ao perfil genérico dos princípios basilares da atuação diplomática brasileira, tais como, a igualdade soberana entre nações, preferência por soluções pacíficas em controvérsias internacionais, direito à autodeterminação etc.

A proposta da política internacional do Brasil se traduzia na composição de diretrizes práticas, baseadas em um cálculo de custos e benefícios que potencializasse o poder nacional, em relação aos problemas práticos internacionais. Dentro do período Médici surge a ideia da diplomacia do interesse nacional, o projeto de Brasil grande potência e o entendimento de que as individualidades históricas brasileiras eram prevalentes nas formulações de política externa, abandonando-se assim, as tendências de apoiar-se em linhas de alinhamentos, multilateralismo ou em uma procura de união do terceiro mundo (MARTINS, 1975).

O governo de Ernesto Geisel traz flexibilizações ao regime militar vigente no Brasil. Sua política externa denominada, pelo próprio presidente, de Pragmatismo Ecumênico e

Responsável traz uma linha de continuidade de princípios apresentados durante a gestão Médici, no entanto substitui o conceito de Brasil Grande Potência para a ideia de potência emergente (MIYAMOTO, 2013). Matias Spektor (2004) esclarece que houve fatos significativos durante o período Geisel, dentre eles o reconhecimento de ex-colônias portuguesas como nações independentes, o reconhecimento da República Popular da China em detrimento do regime de Formosa, a assinatura do acordo nuclear com a República Federal da Alemanha, pondo de lado a proposta norte-americana, claramente em conformidade com o princípio da independência de formulação da política externa.

O autor supracitado assevera que a postura brasileira era de que o cenário internacional não deixava brechas para a existência de amizades, mas simplesmente de aliados, e ressalta que a visão brasileira era de que o pragmatismo detinha um caráter de tradições realistas em política externa, convivendo com a “tradicional ideologia brasileira de política externa” (SPEKTOR, 2004, p.196). No entorno geográfico, a política externa se deparava com discussões com a Argentina em relação à construção da barragem de Itaipu. A questão ambiental também fora de importância, pois o Brasil sofria críticas internacionais quanto ao descuido do tema. Tendo em vista tal constrangimento, o país assina o Tratado de Cooperação Amazônica com parceiros da região. Importante destacar que o elemento de liderança política para a o pensamento do pragmatismo responsável, sob o comando de Geisel e Silveira, foi formulado não a partir de uma roteirização prévia, mas de acordo com os desafios e oportunidades da conjuntura internacional, conforme elas se apresentavam (SPEKTOR, 2004).

Durante o governo de João Figueiredo, houve continuidade da atuação brasileira em política externa. O contencioso de Itaipu foi resolvido, e a atuação brasileira diante da guerra das Malvinas foi considerada dúbia, manteve-se neutro em certa medida, conforme as premissas do Direito Internacional, mas prestou assistências a ambos os lados no conflito (MIYAMOTO, 2013). A política externa de Figueiredo é destacada por um aumento do universalismo que já era empregado dentro do entendimento de Geisel e Silveira, tal afirmação pode ser observada na atuação brasileira em prol da valorização do regionalismo, como também na atuação internacional diversificada em prol de uma ampliação de mercados. Assim, podemos entender melhor o período como eivado de uma postura de universalismo ascendente, quando observamos que “a estratégia universalista, autonomista e despojada de alinhamentos e preferências (fossem ideológicas ou não) surtiu resultados. No plano político, como já afirmado anteriormente, a era Figueiredo agregou qualidade às ações globalistas do Brasil” (FAVERÃO, 2006, p.110).

A chegada do governo civil traz poucas mudanças para a PEB que segue os traços do governo militar. No mandato de José Sarney, o Brasil ainda mantinha o não-alinhamento automático por conta de contenciosos relativos à dívida externa e conflitos comerciais. A preferência pelo universalismo na sua agenda externa é observada, inclusive, no restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, rompendo-se as barreiras ideológicas do governo militar. O regionalismo toma força, conforme Ricupero (2006) ocorre uma latino-americanização da PEB, contudo, o modelo de diversificação de parceiros e a estratégia de intercâmbio econômico entre países em desenvolvimento ganha empecilhos por conta das dificuldades econômicas desses países. O Brasil busca nas economias do norte aumentar suas relações econômicas e, tal fato, irá provocar no país maior pressão para reformas de cunho liberal.

Em relação ao paradigma desenvolvimentista, podemos ainda destacar alguns elementos importantes do período de atuação da PEB ao longo de sessenta anos do século XX. Conforme Cervo (2008), o desenvolvimentismo foi sendo consolidado por conta de um bloco mental que contava com a influência ideológica e política dentro da América Latina. Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel no Brasil foram os políticos que mais encamparam essa vertente. No entanto, é perceptível na história brasileira que essa linha paradigmática não contou com unanimidade entre os políticos e nem entre os formuladores da PEB no tocante ao modelo de desenvolvimento a ser aplicado. O embate entre autonomia e alinhamento às potências externas marcou o período em que o paradigma desenvolvimentista esteve vigente (1930-1989). Por conseguinte, o alinhamento aos Estados Unidos foi identificado como a melhor forma de inserção internacional dos governos de Dutra e Castelo Branco, em oposição ao adotado por Vargas, Goulart e Geisel.

O paradigma desenvolvimentista conduzia a atuação diplomática a atingir o desenvolvimento nacional através da industrialização e do crescimento econômico, para tanto, deveria buscar externamente um capital complementar à poupança nacional, obter ganhos em ciência e tecnologia, bem como a diversificação dos mercados externos para que pudesse transitar da substituição de importações à substituição das exportações. Os diplomatas acreditavam que o país atrasado não poderia avançar em um processo evolutivo à uma economia mais avançada, sem que antes superasse essa fase de exportações em produtos primários e importações de manufaturados.

O Brasil na década de 1980 passa por graves dificuldades em relação ao setor econômico. O modelo de desenvolvimento nacional começa a ser questionado por não apresentar os mesmos ganhos dos anos anteriores. Por estar dentro do paradigma

desenvolvimentista, a PEB também começa a questionar suas linhas de atuação nos moldes do desenvolvimentismo. Bueno e Cervo (2014) acreditam que a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos foram fatores fundamentais dentro do reordenamento das relações internacionais dos anos noventa. No pensamento dos autores, a globalização trouxe novos elementos para as economias das nações como o aumento dos fluxos financeiros internacionais e a convergência de regulações nos Estados. As medidas neoliberais, representadas no Consenso de Washington e defendidas pelas potências mundiais e instituições internacionais, eram tidas como o modelo a ser seguido para os países em crise econômica.

O modelo do desenvolvimento é questionado diante dos altos índices inflacionários e da estagnação econômica brasileira. Assim:

Nos mais diversos setores da vida nacional (governo, sociedade, academia e elites) era progressiva a demanda por mudanças no modelo de inserção internacional brasileiro que, por consequência, exigiria alterações no paradigma de atuação diplomática do Brasil” (FAVERÃO, 2006, p.129).

O desenvolvimento como vetor foi perdendo força a partir da década de noventa do século XX. As estruturas hegemônicas do capitalismo voltam a ser aceitas de modo passivo no paradigma liberal-conservador e uma ruptura paradigmática acontece. Conforme Cervo (2008), o paradigma normal ou neoliberal entra em cena nos países da América Latina durante esse período. As razões que explicam essa mudança paradigmática se devem por razão de condicionantes externas (fundamentalmente a crença na potencialidade de uma globalização e nas recomendações do centro do capitalismo) e internas (como a instabilidade econômica que era causada por desequilíbrios fiscais e no balanço de pagamentos, assim como a inflação).

A nova cartilha adotada era amparada no tratamento de choque para a economia e no monetarismo, onde o desenvolvimento pelas iniciativas do Estado era combatido. Desse modo, uma redução da funcionalidade do Estado foi adotada e, em contrapartida, cabia ao mercado estabelecer o caminho do desenvolvimento nacional. Estratégias oriundas dos modelos formulados pelo Consenso de Washington, o pensamento norte americano de governo, o Banco Mundial e o Fundo monetário internacional conduzem o governo a adotar uma fórmula de abertura dos mercados. Para isso, deveria ocorrer uma série de transformações estatais para eliminar o estado empresário, dentre essas, as privatizações das empresas estatais foram uma fórmula amplamente adotada “os mecanismos de privatização das empresas públicas, exigida pelo centro de comando capitalista, foram além das instruções recebidas, ao dar preferência ao capital e as empresas estrangeiros” (CERVO, 2008, p. 81). Para o autor supracitado, o

paradigma neoliberal foi o responsável pela subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso do ponto de vista estrutural e histórico.

Sallum Jr. (2011) aponta que o governo de Collor de Mello foi motivado por uma dupla inspiração, o receituário neoliberal e o projeto de integração competitiva. As diretrizes do neoliberalismo se baseavam em uma gestão econômica que prezava o lado monetarista, o combate à inflação, a diminuição do Estado como ator do desenvolvimento econômico, a desregulamentação de mercados, redução de gastos sociais, equilíbrio das contas públicas etc. A integração competitiva se fundamenta na premissa da iniciativa privada como motor do desenvolvimento brasileiro, reduzindo, portanto, as funções empresariais do Estado. Desse modo, o que se propunha na integração competitiva arquitetada no Brasil era “uma reestruturação do sistema produtivo brasileiro em vista de tornar a indústria brasileira competitiva no plano internacional” (SALLUM JR., 2011, p. 264).

A argumentação de Sallum Jr. (2011) sustenta ainda que o Brasil, desde 1990, passa a interpretar, dentro do MRE, uma percepção de relações internacionais bastante integrativa no cenário de nova ordem internacional em busca de projetar seus valores e interesses, com destaque às instituições e órgão internacionais em que estava inserido, tendo em vista tornar o Brasil um *global player*. O Brasil vai em busca de uma via integracionista com os parceiros da América do Sul constituindo com Argentina, Paraguai e Uruguai, o Mercosul, inicialmente um espaço econômico regional a ser convertido em uma união aduaneira em 1994. A interpretação da linha de estratégia da política exterior do governo Collor de Mello que Sallum Jr. (2011) apresenta, pode ser destacada da seguinte maneira:

O reformismo liberal que predominou no governo Collor – orientando tanto sua política externa como sua política de comércio exterior – não resultou em ou visou uma demissão da nação e do Estado em favor do mercado; tinha em vista, ao invés, a afirmação nacional pela elevação da capacidade de competição do país, seja na construção e gestão da nova ordem política internacional seja na economia de mercado que se expandia no plano mundial (SALLUM JR., 2011, p. 283).

Outros autores argumentaram que, de início, a política externa do presidente Collor de Mello apresentou uma intenção de retomada das relações preferenciais com os Estados Unidos, em busca de uma aliança especial baseada tanto em fatores ideológicos quanto pragmáticos. Tal retomada buscava: a) a modernização via internacionalização; b) remover áreas de fricção com os EUA em temas com liberalização comercial, propriedade intelectual e não proliferação nuclear; c) o restabelecimento da reputação brasileira diante de atores e agências econômicas internacionais na questão da negociação da dívida externa junto aos bancos norte-americanos (SILVA, 1994, p.40). Corroborando com a linha apresentada, Sennes (2013, p.123) apud

Faverão (2006, p. 132), argumenta que: “a eleição de Collor deu margem à criação de uma ‘bolha’ de entendimento entre os dois países a partir da ideia de que o Brasil iria operar fortes alterações nas suas posturas de acordo com a agenda e o timing exigido pelos norte-americanos”.

Entretanto, observa-se que o modelo de alinhamento não se manteve ileso. Um reforço do multilateralismo para a solução dos problemas ganha espaço, principalmente na gestão de Celso Lafer dentro do MRE, portanto: “a ideia de um alinhamento aos Estados Unidos, se não sepultada em absoluto, ao menos dá mostras de que não se daria nos moldes do que ocorreu no primeiro momento do governo Collor de Mello” (FAVERÃO, 2006, p. 138). A chegada de Lafer ao cargo de ministro é apontada como o fator fundamental da estratégia de autonomia pela participação que vai ser destaque na gestão presidencial de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso.

Durante o breve governo de Itamar Franco, e sob a chefia de Cardoso no MRE, o Itamaraty dá continuidade a uma postura de não alinhamento aos EUA, utilizando uma base mais universalista e buscando fugir de alinhamentos automáticos. A linha de atuação do ministro se dá com a valorização do projeto de integração regional, tendo em vista a posição do país como *global trader*, diversificando parcerias, e sem o objetivo de que uma aproximação com os Estados Unidos fosse uma postura excludente ao caráter universalista do posicionamento brasileiro. Com a chegada de Celso Amorim, substituto de FHC, há o resgate da ideia de desenvolvimento e de não alinhamento, fortalecendo-se a postura universalista.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) apresentou, enquanto presidente da república, uma linha de política externa contínua. O acumulado histórico da diplomacia brasileira foi preservado na defesa do pacifismo, respeito ao direito internacional, valorização dos princípios de autodeterminação e não-intervenção. A agenda internacional de FHC é descrita como a autonomia pela integração. Os fundamentos dessa linha objetivavam a articulação brasileira para maior participação nos assuntos internacionais por meio da elaboração de regimes mais favoráveis aos interesses brasileiros. Havia o interesse de tornar o Brasil um *global trader* para que pudesse perseguir seus interesses no mundo, como também assumir “posições e agendas diversificadas, buscando mercados e relações sem vincular-se a um único parceiro” (VIGEVANI, OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p.34).

O Brasil direciona o foco para a liberalização comercial multilateral. O Mercosul ganha prioridade na agenda, mas outras possibilidades de acordos de livre comércio são ventiladas, como a Alca e o acordo com a União Europeia, alianças dentro da OMC entram em perspectiva, e a ampliação de relações bilaterais com países como China, Japão, Índia, Rússia e África do

Sul se destacam. Uma agenda de temas como a adesão ao TNP, o meio ambiente, os direitos humanos, reforçam essa tendência do governo em favor do universalismo como fortalecedor da sua posição internacional. A autonomia pela participação era uma forma de construir, dentro do meio internacional, uma maneira de atingir os interesses brasileiros de desenvolvimento. Assim, pode-se ressaltar a seguinte proposição:

Na perspectiva do governo, o fim a ser alcançado, no contexto da autonomia pela integração, era uma agenda proativa, segundo a qual o país deveria ampliar o poder de controle sobre o seu destino. Assim, a política externa viria contribuir para a resolução da agenda interna de desenvolvimento e de crescimento, ajudando a superar os problemas sociais (VIGEVANI, OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p.37).

O paradigma logístico é o modelo subsequente ao neoliberal (CERVO, 2008). Tal paradigma passa a vigorar na inserção internacional brasileira com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cervo (2008) acredita que a ideologia dentro do paradigma do Estado Logístico era associar o liberalismo ao desenvolvimentismo. Há o retorno da autonomia decisória em política externa e adota-se um modelo de interdependência com inserção pós desenvolvimentista. O objetivo era superar as assimetrias entre as nações, através da elevação do patamar nacional ao nível das nações avançadas. Ainda conforme Cervo (2008), o fundamento do paradigma logístico era a colaboração entre Estados e agentes não governamentais dinâmicos da sociedade, com o fim de robustecê-los em termos comparativos internacionais.

A expansão para fora da economia brasileira, condição necessária para se atingir a interdependência real no mundo da globalização, se daria pela agregação dos empreendimentos nacionais às cadeias produtivas internacionais e por investimentos diretos no exterior, principalmente no entorno regional. O governo Lula desenvolve, na América do Sul, uma integração produtiva pela infraestrutura, energia e investimentos brasileiros e, na esfera global, forja coalizões que reforçam o Brasil como ator global, permitindo bloquear as estruturas hegemônicas em sua determinação de reservar para si a função de estabelecer as regras do ordenamento global.

Vigevani e Cepaluni (2007) argumentam que a inserção brasileira em política externa, dentro do governo de Lula da Silva, procurou acentuar as formas autônomas de participação com a diversificação de estratégias e parceiros, denominada pelos autores como autonomia pela diversificação. Nesse sentido, destacam a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte e o aumento do protagonismo internacional do país. Em síntese, as mudanças da política externa, nesse período, foram pautadas nas diretrizes de: a) atenuar o unilateralismo, com a busca pelo maior equilíbrio internacional, o fortalecimento de relações multilaterais e

bilaterais, para aumentar o peso brasileiro em negociações internacionais; b) adensamento de relações diplomáticas para maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural; c) escapar de acordos que pudessem comprometer o desenvolvimento no longo prazo.

O período do mandato de Dilma Rousseff foi considerado por Cervo e Lessa (2014) como uma fase de declínio da política externa em comparação com o período Lula da Silva. Para Saraiva e Velasco Jr. (2016), o governo da presidente Dilma buscou a continuidade do projeto de política externa do período Lula da Silva. No entanto, a presidente não conseguiu expressar o mesmo caráter de diplomacia presidencial e ativismo internacional, característicos da política externa do seu antecessor. Os blocos de integração regional perdem seu protagonismo, tais como a UNASUL, a CELAC e até mesmo o MERCOSUL, como consequência, o Brasil vai perdendo força no caminho de protagonista do cenário internacional. A agenda interna é vista pelos autores como a pauta principal de Rousseff, que é forçada a lidar com a crise econômica interna e com a crise política, envolvendo inclusive, denúncias contra ministros em exercício.

Cervo e Lessa (2014) apontam duas causalidades para o declínio da inserção internacional brasileira dentro do governo Dilma: a) não se observou uma formulação de política de comércio exterior; b) não se realizou uma boa articulação com o empresariado brasileiro para o desenvolvimento de uma estratégia de inovação exigida frente à competitividade do sistema internacional. Nesse sentido, os fundamentos do paradigma logístico, em vigor desde o governo Lula da Silva, foram perdendo a força dentro do mandato da presidente. As causalidades do declínio de política externa no primeiro mandato de Rousseff são descritas como:

Em primeiro lugar, a inexistência de ideias força, ou seja, de conceitos operacionais com capacidade de movimentar sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa; em segundo lugar, obstáculos acumulados pelo Estado com perda de eficiência da função gestora de caráter indutor (CERVO; LESSA, 2014, p. 132-133).

O segundo mandato de Dilma Rousseff foi interrompido por um processo de impeachment, fruto de variadas razões que refletiam a incapacidade de apresentar soluções para as diversas crises que ganhavam força no país. As crises econômicas e política que perduraram no segundo mandato, afastaram a presidente de uma atuação enérgica na política externa do Brasil. A partir do processo de Impeachment, Saraiva (2020), ressalta que a política externa passou a se preocupar mais com o apoio à manutenção do governo, deixando de lado temas tradicionais.

Após o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o seu vice, Michel Temer, assume a condução do executivo brasileiro. O primeiro ministro nomeado pelo novo presidente foi José Serra. Membro de um partido de oposição ao governo petista, Serra trouxe um tom crítico à linha de política externa adotada nos governos do Partido dos Trabalhadores. Saraiva (2020) acredita que a atuação de Serra era focada na crítica da inserção anterior, argumentando que a política externa era ideológica e petista, sugerindo transformações genéricas na defesa das instituições internacionais existentes e a aproximação com os poderes ocidentais. No entanto, o tom crítico não foi observado em áreas que a nova administração julgava como de potenciais ganhos, Serra e Aloysio Nunes, seu sucessor no cargo, mantiveram as parcerias internacionais que foram construídas na administração do PT.

O multilateralismo ainda era presente no governo Temer. Os BRICS apresentavam papel relevante, fundamentalmente na condição de ajuda que para tirar o Brasil da crise econômica em que se encontrava. Em busca de ampliar a atuação multilateral, o país lança sua candidatura para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em termos de liderança regional, Saraiva (2020) acredita que o Brasil, no governo Temer, deixa de lado esse papel, que já vinha perdendo força no governo de Rousseff, inclusive com a suspensão de sua participação na UNASUL. Com os problemas envolvendo empresas brasileiras no período, principalmente ligados às denúncias de corrupção dos governos anteriores, o investimento na América do Sul perde força. A Venezuela tem a sua participação no Mercosul suspensa, diante da sugestão do ministro Aloysio Nunes, e o bloco ganha novo enfoque com as tratativas para a negociação de um acordo de livre comércio com a União Europeia.

3.1 Princípios e Valores do acumulado histórico da política externa brasileira

Apresentados alguns pontos da história da atuação brasileira em política externa, passaremos a uma análise dos princípios e valores que embasam a atuação diplomática brasileira. Importante deixar claro que os princípios e valores que compõem o acumulado histórico exercem duas funções, explicadas por Cervo (2008), como a de previsibilidade da atuação externa, tanto para os brasileiros quanto para os estrangeiros, como também moldam a conduta dos governos. Corroborando a ideia supracitada, no entendimento de Sebastião do Rego Barros (1998):

A credibilidade internacional de um país depende, em grande medida, de uma atuação externa fundada no respeito a valores e princípios. A pendularidade, o recurso a decisões de impacto, as flutuações ideológicas e o oportunismo diplomático tendem a corroer a confiança junto aos demais países e a minar a credibilidade externa. Um dos

patrimônios do Itamaraty e da diplomacia brasileira é o legado de uma atuação fundada em valores permanentes, que conferem um mínimo de regularidade ao comportamento externo do País e, portanto, à sua própria respeitabilidade como interlocutor de seus parceiros (BARROS, 1998, p.20).

A conduta de inserção diplomática brasileira, é apresentada por autores de relações internacionais (LAFER 2004; PINHEIRO, 2004; OLIVEIRA, 2005). Com efeito, o acumulado histórico assiste à atuação externa brasileira, principalmente, por estar elencada dentro da Constituição Brasileira de 1988. Nesse sentido, podemos observar que o artigo 4º enumera princípios que devem reger as relações internacionais brasileiras.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latinoamericana de nações.

Os valores e princípios que compõem o padrão de conduta do acumulado histórico da política externa brasileira, para fins de análise no presente trabalho, serão aqueles apresentados por Cervo (2008). Em primeiro lugar temos a autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias. Tais princípios, conforme indicado anteriormente, encontram-se fixados no art. 4º da CF/88, e foram construídos por diversos fatos como: a) o pan-americanismo do século XIX; b) o pacifismo empregado pelo barão do Rio Branco para tratar as lides internacionais; c) coexistência de diversas diferenças na sociedade brasileira, fruto de uma mescla de nacionalidades e culturas diferentes, desde a formação do país; d) a valorização de soberania de cada Estado como sujeito das relações internacionais; e) valorização do multilateralismo como propulsor da harmonia internacional; f) percepção de que a intervenção em outros países, ainda que motivada por democracia e direitos humanos, remove a legitimidade de interesses das nações dotadas de maior poder.

O Jurisdicismo, representa o respeito às normas, tratados, convenções, acordos, protocolos, entre outros instrumentos jurídicos que fazem parte da interação entre os Estados, seja em Organismos Internacionais, ou mesmo em acordos entre partes. Temos ainda, no esteio dos ensinamentos de Cervo (2008), o Multilateralismo normativo, que representa a valorização

de acordos multilaterais, inclusive com a valorização da presença brasileira em foros multilaterais. Outro valor de destaque é a Ação externa cooperativa e não-confrontacionista, que se traduz, conforme o autor supramencionado, em uma conduta diplomática cooperativa em busca de ganhos, conforme observado na equidistância pragmática de Vargas, bem como no pragmatismo responsável do governo Geisel e na Política Externa Independente.

Além disso, as Parcerias estratégicas, como norma identificada dentro do acumulado histórico brasileiro, que se traduzem na escolha de “Estado, bloco ou coalizão capaz de aportar elementos substantivos à expansão do comércio exterior, dos investimentos diretos, da organização empresarial, da ciência e da tecnologia” (CERVO, 2008, p.29). O realismo e o pragmatismo também estão inseridos dentro do acumulado histórico brasileiro. O realismo de conduta que, para o autor, se traduz na atuação pragmática em relações internacionais, expressada na prevalência da vontade diplomática em contraponto aos interesses de outros governos, ou mesmo das forças internas econômicas ou sociais. A cordialidade oficial no trato com os vizinhos, que por muito tempo foi a atitude fundamental para se relacionar com os países vizinhos. Nesse sentido, pode ser identificada como a:

Conduta regional que não ostente a grandeza nacional e a superioridade econômica e que elimine gestos de prestígio, mas que se guie pela realização dos interesses do Brasil sobre os vizinhos seja pela cooperação seja pela negociação, e que fortaleça seu poder internacional (CERVO, 2008, p.30).

O Desenvolvimento como vetor é também considerado por Cervo (2008) como parte do padrão histórico de conduta diplomática brasileira. Em vista de buscar o desenvolvimento na forma de ganhos de insumos externos para o aprimoramento da ciência, tecnologia, capitais e empreendimentos, e, portanto, gerar o efetivo desenvolvimento do país. Por fim, o autor ainda identifica a independência de inserção internacional dentro desse conjunto, argumentando que este está inserido em todos os outros princípios, conferindo-lhes fundamentos ideológicos. Se traduz na independência para atuar de modo próprio, a partir de visões de mundo, autonomia de processo decisório e na formulação de sua própria linha de política externa.

Apresentados alguns elementos do histórico da PEB, na próxima sessão será realizada uma análise comparativa dos elementos que caracterizam a linha proposta por Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro com os princípios e valores acima descritos. A finalidade será encontrar convergências ou divergências que apontem a autoproclamada “nova política externa” por Araújo.

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2019-2021)

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018 provocou uma significativa mudança da agenda política do país. O presidente trouxe para o executivo brasileiro ideias e propostas de vertente cultural conservadora, ao mesmo tempo em que buscou aplicar reformas liberais em setores ligados ao desenvolvimento econômico. Essa tendência, fundamentadora do pensamento político, a partir de 2019 reflete, em alguma medida, uma vontade de mudança da linha político-ideológica avalizada nas urnas pela maioria da população.

A ascensão do presidente pode ser observada por uma conjuntura de fatores. Diversos estudos foram realizados para explicar a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2018 e a escalada da direita no Brasil (SANTOS, TRANSCHEIT, 2019; CHAGAS-BASTOS, 2019; CEPÊDA, 2018; HUNTER, POWER, 2019; MOURA, CORBELLINI, 2019; CASARÕES, 2019). Todos esses trabalhos destacam elementos internos e externos que revigoraram o ressurgimento da Direita no Brasil e no mundo, fazendo com que o caso brasileiro, de mudança na preferência de linha política, não seja exclusivo. Inicialmente, cabe apresentar uma interpretação do polo político da direita feita por Messenberg (2017) ao estudar a obra de Norberto Bobbio, “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política” (1995). Dessa forma, Messenberg conclui que Bobbio atribui à direita os seguintes elementos:

O individualismo, a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa, a intuição, a primazia do sagrado, a valorização da ordem e da tradição, o elogio da nobreza e do heroísmo, a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, o militarismo e a defesa da segurança nacional, o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental e dos interesses imediatos dos trabalhadores, o anticomunismo e a identificação permanente com as classes superiores da sociedade (MESSEMBERG, 2017, p.622-623).

O trabalho de Hunter e Power (2019) indica componentes explicativos para a eleição de Jair Bolsonaro. Os autores defendem que quatro crises simultâneas atestam a conjuntura política brasileira do período, sendo elas: a crise econômica provocada por uma recessão longa; uma crise política que provocou o crescimento da polarização entre polos políticos e o decaimento da confiança nos partidos tradicionais brasileiros, notadamente o PSDB e o PT; uma crise de corrupção exposta pela Operação Lava Jato; e a deterioração da segurança pública brasileira. No mesmo estudo, Hunter e Power (2019) atestam que Bolsonaro se elegeu por razão: dos votos das majorias dentro da divisão de classes sociais, exceto os pobres e os extremamente pobres; dos votos de 70 por cento do eleitorado de cristãos neopentecostais; dos votos da população de

maior escolaridade, que os autores justificam estar associada a uma maior renda; do fator regional, onde o presidente apenas perdeu a maioria dos votos dentro do nordeste brasileiro.

É importante destacar que a chegada do presidente Jair Bolsonaro pode estar conectada ao contexto político em que o Brasil estava inserido à época da eleição. A sociedade brasileira, ou uma grande parcela dela, estava fortemente ligada a um sentimento contrário ao modelo de organização política proposto pelos partidos que estavam no poder anteriormente. O sentimento antipetista decorrente dos resultados da Operação Lava Jato e do processo de impeachment de Dilma Rousseff serviram para o fortalecimento das ideias de combate à corrupção e à criminalidade, promovidas por Bolsonaro.

Moura e Corbellini (2019) em sua obra “A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu”, argumentam que a eleição de 2018 estava marcada por um conjunto de fatores que explicam a ascensão de Jair Bolsonaro. Os autores destacam a prevalência de três fatores fundamentais para explicar o pleito de 2018. Em primeiro lugar se observa uma perda de confiança do eleitorado no sistema partidário tradicional e na desmoralização das elites políticas brasileiras decorrentes da Operação Lava Jato, fundamentalmente, as denúncias de corrupção resultantes da investigação da Lava Jato. Em segundo lugar, a questão da falta de segurança como um dos maiores problemas nacionais percebidos pela opinião pública. Por fim, o crescimento das redes sociais como plataforma de disseminação de conteúdo político, até mesmo as chamadas *fake news*. Além, disso, ressaltam que:

A eleição de Bolsonaro teria sido a expressão de um imaginário. Uma atmosfera que foi se instalando por contágio. Não foi o resultado de uma racionalização sobre o país, a adesão a um plano ou programa no sentido clássico. Mas a explosão de diversos sentimentos represados, de emoções, de valores. Uma soma de preconceitos, de intolerâncias e de antissentimentos que se alimentaram numa frente virtual contra um inimigo comum: o establishment político e especialmente o PT (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 28).

O estudo do fortalecimento da direita no Brasil torna evidente a compreensão de que este não foi um processo exclusivo do período eleitoral de 2018. Desde pesquisa acerca das produções de intelectuais da direita brasileira (CHALOUB; PERLATO, 2015), até o ativismo político observado nas manifestações de 2013 (ZIBECHI, 2020; ALONSO, MISCHÉ, 2017) e 2015 no país, exprimem o aspecto crítico e o desejo de mudança da ordem política brasileira. Em seu trabalho, Messenberg (2017) identifica algumas ideias-força que representavam a postura ideológica desses manifestantes nos protestos de 2015. A autora identifica a cosmovisão da direita brasileira, dentro das manifestações, através de um processo metodológico chamado de campos semânticos. Nesse sentido, os campos semânticos que ela apresenta são: o antipetismo, o conservadorismo mental e os princípios neoliberais. A autora destaca que alguns

movimentos de direita brasileiro, à época, já traziam ícones representantes dos seus ideais políticos, dentre eles Jair Bolsonaro, então deputado federal, e o jornalista Olavo de Carvalho, este, correspondia o cerne de um pensamento ideológico dos eleitores de direita.

Olavo de Carvalho desempenhou papel central dentro do ideário político do Chanceler Ernesto Araújo, este, descreveu o autor como “um homem que, após o Presidente Jair Bolsonaro, talvez seja o grande responsável pela imensa transformação que o Brasil está vivendo” (ARAÚJO, 2020, p. 24). Araújo ainda atribui a Carvalho grande importância enquanto formulador de ideias, identificando-o como o responsável por constatar o globalismo como produto da globalização econômica, bem como a pessoa que entendeu o governo do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, como uma estratégia de implementação do comunismo. Ademais, o ex-ministro apregoa a Carvalho a tese de que a esquerda brasileira possuía relações com a criminalidade, e que o filósofo, através das suas ideias, redefiniu o Brasil como um país conservador, antiglobalista e nacionalista (ARAÚJO, 2021).

A mudança de preferência por governos de direita não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro. Em outras partes do mundo se observa uma busca por respostas aos problemas de mazelas sociais, criminalidade urbana, narcotráfico e corrupção que sustentaram a ascensão das linhas de direita política, como nos casos de Filipinas, Indonésia, Índia e Turquia (CASARÕES, 2019, p.249). O fortalecimento da direita radical é observado quando: “em 2018, oito países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia) são governados por partidos da extrema direita, nacionalistas e xenófobos” (TRAVERSO, 2019, p.12). Sanahuja e Comini (2018) argumentam que a disputa dentro do cenário político europeu, diferente do que se observou na América do Sul, se resume a uma disputa entre os eixos do nacionalismo contra o cosmopolitismo, ou dos eixos da abertura contra o protecionismo. A luta política, para os autores, se originou a partir do reconhecimento da derrocada da globalização e seus efeitos negativos após a crise econômica de 2008, onde a extrema direita nacionalista ascendeu na arena europeia com uma bandeira contrária ao livre comércio, imigração, diversidades sociais e culturais, e propensos a adotar políticas de segurança nacional mais rígidas, tendo como base os temores populares relativos à precariedade das relações de trabalho, o medo da imigração e do terrorismo.

Na América do Sul, a opção pelos governos conservadores também pode ser identificada. Em um movimento posterior à “maré rosa” (*Pink Tide*)¹, que marcou a chegada de

¹ O termo “maré rosa” caracteriza a ascensão de governos políticos orientados à esquerda e centro-esquerda em diversos países da América Latina. O fenômeno ocorreu no final do século XX e início do século XXI em países como Venezuela, Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Paraguai, Nicarágua e El Salvador, onde

governos progressistas na América do Sul no início do século XX, a denominada maré azul é observada como a orientação de alguns países do continente para governos direitistas. Conforme Pinheiro e Lima (2019) a eleição de Maurício Macri, na Argentina, Sebastián Piñera, no Chile, Lenín Moreno, no Equador, e Ivan Duque, na Colômbia, marcaram a adesão ao modelo de políticas neoliberais, a desconfiança nos partidos tradicionais, conservadorismo nos costumes, ausência de agendas sociais inclusivas, militarização da segurança pública, alinhamento aos Estados Unidos, participação das forças armadas no governo e o abandono de instituições de multilateralismo regional criadas durante os períodos progressistas. Corroborando com essa linha de pensamento, Sanahuja e Comini (2018) trabalham a linha argumentativa que, diferentemente do que ocorreu na ascensão da direita europeia, a América do Sul procurou realizar uma abertura econômica através de reformas estruturais para flexibilizar os mercados de trabalho, aumentar a liberalização financeira e a austeridade fiscal, a eliminação progressiva de barreiras tarifárias, baseadas, seja em uma lógica de recomendação de países da OCDE, seja por conta das prioridades da elite desses países.

Ainda se pode destacar dentro dessa ascensão dos movimentos conservadores no mundo, a figura de Donald Trump que, eleito presidente dos EUA em 2016, foi o responsável por alterar significativamente o enredo da política mundial. Para Traverso (2018, p. 25) “a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas de 2016 levou o eixo político mundial à direita, cujas consequências são sentidas em nível global, mesmo na Europa”. O autor argumenta que Trump, personificado como um homem de ação, de sexismo ofensivo, xenofóbico e racista, foi capaz de angariar uma base de apoiadores norte-americanos identificada com o *self-made man*, a rejeição do *establishment* político e econômico, a defesa do porte de armas, e o ressentimento com o crescimento da população imigrante no país.

Bolsonaro, desde o período pré-eleitoral, já demonstrava a sua admiração por Donald Trump (MARTÍ, 2017). A mídia internacional comparou os dois políticos, principalmente por conta das suas personalidades e das atitudes manifestadas por eles (BBC, 2018; PHILLIPS, 2018). Com a alcunha de “Trump dos trópicos” e “Trump brasileiro” a comparação entre os dois líderes também foi pauta de artigos (RODRIGUES, 2019; HUNTER, POWER, 2019; WEBB, PALMEIRA, 2018; WEIZENMANN, 2019). A admiração por Trump também é compartilhada por outras figuras dentro do governo de Bolsonaro. Um dos filhos do presidente, Eduardo Bolsonaro, que é deputado federal e foi presidente da Comissão das Relações

medidas mais “progressistas” foram implementadas. A razão da nomenclatura “rosa” se deve ao fato de que o vermelho, associado ao comunismo, não representaria de maneira correta o limitado caráter das reformas implementadas pelos governos do período (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017).

Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, demonstra seu alinhamento com o ex-presidente dos EUA, tendo participado de reuniões com Trump e o presidente Bolsonaro, como também com Steve Bannon, consultor político que ajudou a campanha de Donald Trump em 2016 e autor do “The Movement” um projeto para fortalecer o nacionalismo e conservadorismo na Europa e no mundo (BILENKY, 2020).

Eduardo Bolsonaro é afeito às ideias de Olavo de Carvalho, com quem já teve diversos encontros. A aproximação de Eduardo ao escritor rendeu frutos para Filipe Martins, que se posiciona em consonância com a linha ideológica do conservadorismo, e segue firmemente a cartilha olavista. Martins foi nomeado o chefe da assessoria internacional de Jair Bolsonaro, que confere apoio ao presidente em relação a temas internacionais, e a quem se atribui, juntamente com Eduardo, a escolha de Ernesto Araújo como o primeiro Chanceler do governo de Jair Bolsonaro (BILENKY, 2020). As ideias defendidas por Martins são avessas ao “globalismo, o politicamente correto, o marxismo, o aquecimento climático, os direitos humanos, a diversidade de gênero, a legalização do aborto, o feminismo” (MARIN, 2019).

Ernesto Araújo se tornou um nome forte para o cargo de Ministro das Relações Exteriores quando publicou, em 2017, o seu artigo “Trump e o Ocidente” nos Cadernos de Política Exterior da FUNAG. No texto, Araújo oferece um panorama do papel importante que Donald Trump teria para um resgate da cultura ocidental, haja vista que essa identidade, também brasileira, estaria gravemente ameaçada. Para ele, “o Ocidente forma uma comunidade de nações que compartilham algo que as ultrapassa – cultura, história e fé.” (ARAÚJO, 2017, p.333). Essa visão do elemento ocidental se apresenta como uma das linhas de aproximação ao governo anterior da Casa Branca. Araújo, demonstrou de maneira clara sua afinidade aos agentes da política externa do governo de Trump:

Realmente, eu acho que desenvolvi uma amizade muito grande com o Mike Pompeo, e isso tem sido fundamental para muitas coisas que a gente tem conseguido na relação com os Estados Unidos, porque entre o Mike Pompeo e eu, assim como entre o Presidente Trump e o Presidente Bolsonaro, há uma convergência. A gente acredita nas mesmas coisas, tem uma visão convergente, e isso é fundamental (ARAÚJO, 2021, p. 85).

Diante do que se apresenta como a PEB de Jair Bolsonaro, Saraiva e Silva (2019) acreditam que exista uma disputa entre vertentes. De um lado a ideológica, que seria composta por Ernesto Araújo e pelo grupo influenciado pelas ideias do escritor Olavo de Carvalho. Do outro lado estaria o grupo do pragmatismo, composto por diversos atores que de uma maneira ou de outra teriam peso na formulação das políticas externas, e que, na defesa de interesses próprios, estariam preocupados com as consequências do peso da parcela ideológica. Os grupos

mais pragmáticos estariam ligados aos militares, representados pelo vice-presidente Hamilton Mourão, ao setor agropecuário e ao liberalismo econômico (SARAIVA; SILVA, 2019).

4.1 Eixos da política externa de Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro

Tendo em vista todas essas características apresentadas, é necessário destacar os fundamentos que Ernesto Araújo buscou aplicar à PEB. É evidente que o ex-ministro não foi um agente único dentro dessa definição de agenda, que teve como arcabouço de ideias as percepções da linha conservadora afeita a pessoas como Filipe Martins, Olavo de Carvalho, Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro e o próprio Ernesto Araújo. Assevera-se aqui os postulados acerca da APE, fundamentalmente a constatação de que dentro da mente do formulador de política externa existe uma complexidade de elementos e padrões que impactam os processos de tomada de decisão em política externa (HUDSON, 2005). No mesmo sentido, atuando no processo de formulação das políticas temos um conjunto de atores que se apresentam como influentes na definição dos projetos que serão utilizados pelo governo, portanto, fatores individuais, instituições públicas, assim como fatores culturais e sociais dos atores envolvidos, condicionam as políticas externas (GARRISON, 2003, p. 155).

Para compreender o que Ernesto Araújo, no exercício do cargo de Ministro das Relações Exteriores (2019-2021), buscou fazer da PEB, usaremos como fonte principal de análise os discursos, artigos e entrevistas de Araújo. Especial destaque será conferido aos dois livros publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). A primeira obra foi publicada em 2020 e intitulada de “A Nova Política Externa Brasileira”, e o segundo livro “Política Externa: Soberania, Democracia e Liberdade”, publicado em 2021. Além disso, será realizado um cotejamento entre os eixos da PEB de Araújo, com os princípios e valores que compõem o acumulado histórico da diplomacia brasileira, apresentados no capítulo anterior do presente trabalho.

A leitura das referidas obras demonstra que houve claramente a definição de áreas temáticas, nomeadas por Araújo como eixos orientadores da política externa. Portanto, cabe destacar os quatro eixos principais: o eixo da democracia, o eixo da transformação econômica e do desenvolvimento, o eixo da soberania e, por fim, o eixo dos valores (ARAÚJO, 2021, p.126). Tais eixos, conforme o ex-ministro argumenta, se apresentavam como parte de uma política externa elaborada para transformar o Brasil (ARAÚJO, 2021, p. 329). O intuito foi mudar o modelo de atuação do órgão diplomático brasileiro, notadamente com a introdução do título de nova política externa (ARAÚJO, 2021, p. 449).

4.1.1 O eixo da democracia

O eixo da democracia é retratado por Araújo como entrelaçado aos princípios e valores definidos no artigo 4º da Constituição Federal brasileira de 1988. Fundamentalmente, o ex-ministro destaca que a prevalência dos direitos humanos e autodeterminação dos povos estão presentes nas construções da PEB e constituem princípios basilares do eixo da democracia. Podemos analisar esse alinhamento aos fundamentos constitucionais, seguindo o padrão de autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, destacados dentro do acumulado histórico da PEB (CERVO, 2008).

Tal eixo é visto por Araújo como essencial para a integração na América Latina, pois para ele “é impossível ajudar a transformar a América Latina em uma região – como todos pretendemos que seja – de paz e prosperidade se não trabalharmos dia e noite pela plena vigência da democracia em todos os países latino-americanos” (ARAÚJO, 2021, p. 127). Mais além, confere grande peso ao engajamento brasileiro nos foros internacionais, onde destaca o papel diplomático de primazia pela democracia. Nesse sentido, destaca-se a OEA, o Grupo de Lima, o PROSUL, o TIAR, o MERCOSUL (ARAÚJO, 2021). Podemos observar sua insistência no tema da democracia dentro da América do Sul em diversas inserções do ex-ministro, a título exemplificativo temos a seguinte:

Não queremos de forma alguma abandonar essa ideia de um conceito de América do Sul, um conceito que queremos que seja ao mesmo tempo pragmático e democrático, uma América do Sul que seja um continente unido por esses dois valores fundamentais, abertura econômica, eficiência e, ao mesmo tempo, a liberdade e a democracia (ARAÚJO, 2020, p. 339).

Necessário ressaltar que o eixo da democracia contém um viés crítico em seu arcabouço, pois Araújo usa a Venezuela e o governo de Nicolás Maduro para argumentar que o país se encontra em um modelo não democrático e totalitário, estando intimamente associado à criminalidade, ao narcotráfico e ao terrorismo, buscando, inclusive, contaminar todo o continente com esses problemas (ARAÚJO, 2021). A Venezuela é vista por Araújo como um grande problema dentro da América do Sul e esse lado crítico da PEB, entra em conflito com os princípios da ação externa cooperativa, da cordialidade oficial no trato com os vizinhos e do pragmatismo, contidos dentro do acumulado histórico da diplomacia brasileira.

Embora a política externa tenha sua atuação pautada no eixo da democracia, algumas manifestações internas do presidente não corroboram com a sustentação do eixo da democracia. O ataque que o presidente realizou contra instituições democráticas como o Supremo Tribunal Federal em 2021, como também seus pronunciamentos contra o sistema eleitoral brasileiro, que

cita como passível de fraudes (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021), atestam uma desconfiança em relação ao sistema democrático de representação brasileiro.

4.1.2 O eixo da soberania

Outro eixo que pauta a atuação da PEB de Araújo é o da soberania. A soberania é tratada pelo ex-chanceler como garantidora da capacidade brasileira de demonstrar a independência do país, notadamente para a formulação de política externa. Tal eixo segue o acumulado histórico da diplomacia brasileira de acordo com a independência de inserção internacional, com o jurisdicismo (pois o compromisso com o direito internacional assegura a soberania das nações) e autodeterminação dos povos. Dentro dessa área temática de atuação, podemos observar a defesa de uma independência na elaboração da agenda da PEB.

O ex-ministro sustenta a escolha desse eixo conforme o artigo 4º da CF/88, quando trata da independência nacional e da autodeterminação dos povos. Este último, conforme Araújo, também deve ser considerado como um princípio para dentro, ou seja, não apenas o respeito à autodeterminação de outras nações. Sobretudo, a independência deve ser aplicada na atuação em “vertentes multilaterais de maneira a preservar a nossa faculdade, a faculdade legislativa dos senhores aqui no Congresso, e a capacidade do país de não seguir necessariamente os ditames, os parâmetros dados pelos organismos multilaterais” (ARAÚJO, 2020, p. 155-156).

O eixo da soberania também contém um viés ideológico que, no discurso do ex-ministro, pode ser associado ao distanciamento das formulações propostas por organismos internacionais. Araújo considera fundamental a atuação independente no exterior para a defesa de interesses e princípios brasileiros, principalmente:

O uso indevido dos foros de direitos humanos para a promoção de instrumentos contrários à família, ou dos foros de meio ambiente para justificar o protecionismo contra a agricultura brasileira, ou ainda o uso de vários foros para proibir a exploração legítima e sustentável dos recursos naturais que pertencem ao povo brasileiro (ARAÚJO, 2020, p. 247).

O posicionamento de Araújo é claro quando atesta que o Brasil não deve acatar os ditames dos órgãos internacionais, sem que se observe o interesse nacional em negociações do clima, meio ambiente ou em disputas comerciais. A preocupação principal é com o chamado “globalismo”, pois considera como um dos fundamentos dessa corrente o uso dos órgãos internacionais para erodir as soberanias, já que “um dos aspectos do globalismo (não é o único) é como os organismos internacionais são usados para corroer as soberanias nacionais, que são a morada, eu acho, da liberdade humana” (ARAÚJO, 2021, p.199). Um dos grandes difusores

dos males do globalismo é Olavo de Carvalho, que considera o globalismo como uma tentativa de controle da humanidade por parte de um governo mundial projetado pelas Nações Unidas, formulando “legislações uniformes em matéria de indústria, comércio, ecologia, saúde, educação, quotas raciais, desarmamento civil, etc.” (CARVALHO, 2004).

Ademais, o globalismo é um tema bastante presente nos posicionamentos de Ernesto Araújo, principalmente no interesse em combater esse movimento. Tal vertente é considerada por ele como um processo complexo, e descrito como a transformação do capitalismo mundial por razão de preceitos marxistas. As instituições internacionais influenciam os países a adotarem posicionamentos oriundos desses organismos internacionais, ou seja, os organismos multilaterais seriam os difusores do pensamento globalista e, desse modo, a aceitação de proposições discutidas em foros multilaterais, como os da ONU, estaria maculando a liberdade das nações, bem como a liberdade de pensamento dos seres humanos. Observemos o que Araújo discorre sobre o globalismo:

Acho que o globalismo é perigoso porque é, sobretudo, um sistema de pensamento, ou de antipensamento. Eu vejo o globalismo muito como o processo pelo qual a ideologia marxista, a partir do começo dos anos 90, e, sobretudo, mais ou menos a partir do ano 2000, penetra na globalização econômica e faz dela o veículo da sua propagação. Então, justamente, através da globalização, começa a entrar com a sua agenda em temas como ideologia de gênero, em temas como o ambientalismo distorcido, e outros. E começa, sobretudo, a controlar o discurso, a dizer o que você pode dizer e o que você não pode dizer; e cada vez o que você pode dizer é menos, ocupa um menor espaço (ARAÚJO, 2020, p. 125-126).

O globalismo não se confunde com globalização, pois, conforme o ministro, o globalismo é um modelo de ideias marxistas que capturou a globalização. Esta é vista de maneira positiva, e que permite interação democrática, abertura de mercados e conexões diversas ao redor do mundo. A tentativa de retirada do globalismo das instituições internacionais é feita pela conexão entre o pensamento nacionalista e conservador, com uma economia liberal aberta, e que tenha espaço para os valores decorrentes da fé cristã (ARAÚJO, 2020, p. 127). Embora haja toda essa manifestação crítica aos órgãos multilaterais, o Brasil não abandona o jurisdicismo como um valor em sua política externa e continua a respeitar acordos e tratados internacionais dos quais é signatário.

Ainda tratando do eixo da soberania, constata-se uma valorização da capacidade de defesa brasileira do território brasileiro, sobretudo a garantia da soberania dentro da Amazônia pertencente ao Brasil. O aspecto da defesa da Amazônia se tornou crítico com os episódios das queimadas que aumentaram de maneira significativa dentro da gestão de Jair Bolsonaro (WATANABE, 2020). O presidente emitiu diversos pronunciamentos, inclusive discurso na

75ª Assembleia Geral da ONU (BOLSONARO, 2020), onde minimizou os problemas decorrentes das queimadas crescentes nos biomas do pantanal e amazônico. O alerta gerado na comunidade internacional em relação à precariedade com que o governo tratou questões ambientais, motivou a criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, em resposta à pressão internacional, sobretudo de investidores externos, em relação à precariedade com o trato do tema. A questão ambiental também configura empecilho para o acordo entre MERCOSUL e União Europeia, alguns líderes do Conselho Europeu ressaltaram que o acordo poderá provocar um piora no desmatamento das florestas brasileiras se os termos forem aprovados pelos europeus (PINTO, 2020).

Araújo confere destaque à atuação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, asseverando que:

O Conselho da Amazônia, que mostra a nossa disposição em empregar todos os recursos na proteção ambiental, e uma visão muito clara de qual devem ser os dois pilares da questão ambiental – que é, por um lado, evidentemente, a proteção, a preservação, mas, por outro lado, o investimento para a geração de empregos sustentáveis na Amazônia (ARAÚJO, 2021, p.429).

A associação que nos torna evidente é clara. A soberania nacional para pensar estratégias de preservação do meio ambiente, ligadas à geração de desenvolvimento nacional, ressalta a tentativa de impor sua independência de formulação de políticas, sobretudo na ideia de desenvolvimento como um vetor da capacidade econômica brasileira, que são valores da PEB, conforme Cervo (2008). Embora a defesa irrestrita da soberania nacional sobre o tema do meio ambiente tenha gerado desconfiança internacional, a tese de utilização do meio ambiente como bandeira política já havia sido aplicada dentro da ditadura militar na década de 1970. Em conformidade com a análise proposta por Faverão (2006, p.88) “na década de 1970, o governo brasileiro praticamente ignorou todas as demandas de cunho ambiental dos países desenvolvidos, que apontavam para a necessidade das nações em desenvolvimento preservarem seu meio ambiente”.

O interesse brasileiro em diminuir a importância da devastação ambiental, que ocorre no governo Bolsonaro, tem, também, como pano de fundo os interesses econômicos da parcela agropecuária. O presidente em suas declarações tenta isentar os produtores agrícolas da responsabilidade dos episódios das queimadas, argumentando que os crimes ambientais seriam decorrentes de bioterrorismo realizados por ONGS (CARVALHO, 2020), ou mesmo provocados “índios” e “caboclos” no manejo da terra (BOLSONARO, 2020). No entanto, investigações realizadas pela NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) apontam que os focos de incêndio decorrem de áreas onde há grande desmatamento (G1, 2020). Tal

desmatamento, conforme carta publicada por mais de 90 movimentos e organizações da sociedade civil (CIMI, 2020) apontam que os focos de desmatamento e incêndio estão diretamente relacionados ao agronegócio. A tentativa de combater as críticas em relação à falta de preservação ambiental também segue a linha do enfrentamento ao globalismo, que, para Araújo (2021, p.88) estaria representado na decisão dos críticos de “usar a carta ambiental, que é o último refúgio do marxismo na defensiva”.

As relações de defesa da soberania em contraposição ao globalismo também ficaram bastante evidentes durante a pandemia do COVID-19. Em discurso proferido na “X Reunião do Grupo de Coordenação Ministerial sobre COVID-19”, o ex-ministro deixa claro o seu posicionamento crítico em relação às disposições emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca da pandemia da seguinte maneira:

Como alguns de vocês sabem, temos uma abordagem crítica acerca da resposta multilateral à COVID-19 até o momento. Nós temos grande respeito e admiração pelo trabalho da OMS e outras agências – especialmente a OMS –, mas nós pensamos que elas têm ficado aquém das expectativas (ARAÚJO, 2021, p.438).

Seguindo a mesma linha de raciocínio crítico em relação ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, Araújo assevera o temor em relação às medidas elaboradas em órgãos multilaterais como uma forma de interferir na soberania nacional brasileira, para ele “essa é uma questão de saúde acima de tudo, mas ela não deve servir de pretexto para um tipo errado de remodelação do mundo. Não deve ser um pretexto para substituir as soberanias nacionais por algum tipo de esquema burocrático internacional.” (ARAÚJO, 2021, p.559).

4.1.3 O eixo da transformação econômica e desenvolvimento

Outro eixo da PEB trazido por Ernesto Araújo é o da transformação econômica e do desenvolvimento. Corresponde ao interesse da política externa em: fomentar acordos comerciais, sobretudo acordos de livre comércio; promoção comercial direta, que seria a facilitação da interação entre o setor privado brasileiro com o de outros países, evidenciando a atuação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil); abertura de mercados, com foco especial para os produtos do agronegócio; e na busca por parceiros que contribuam ao avanço tecnológico brasileiro.

O interesse da política externa do período Araújo pode ser relacionado com o princípio do desenvolvimento como vetor da PEB, que está consagrado dentro do acumulado histórico, já que, conforme Araújo, a política externa estaria “em linha com as melhores tradições da

política externa brasileira, agimos de forma a contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país” (ARAÚJO, 2020, p.507). Nesse sentido, o Itamaraty, dentro desse período Ernesto Araújo, procurou se associar a parceiros que entendeu como aptos a proporcionar ao Brasil o desenvolvimento em áreas, dentre outras, pertencentes ao agronegócio e à tecnologia.

Com relação aos acordos comerciais, a atuação brasileira se deu tanto na vertente bilateral de negociações quanto na multilateral, o universalismo da política externa ainda pode ser identificado. Araújo atribui grande destaque aos acordos comerciais que o MERCOSUL realizou com a EFTA (*European Free Trade Association*) e com a União Europeia, embora ambos ainda estejam em fase de ratificação. O ex-ministro destaca a celebração de acordos comerciais com a Índia, como também as iniciativas de negociações com Canadá, Coreia do Sul, Cingapura, Chile, Líbano, Estados Unidos, Israel, e a perspectiva de acordos de livre comércio com Japão e Índia, além de negociações de acordos de comércio com o México e o desejo de aumentar vínculos com Guiana e Suriname (ARAÚJO, 2021).

A vertente comercial na PEB da gestão de Ernesto Araújo procurou não estabelecer preferências entre negociações bilaterais ou multilaterais. Embora demonstre pouco apreço ao termo multilateralismo, pois afirma que o sufixo “ismo” demonstra a ligação com uma ideologia e, portanto, associação a dogmas que a política externa não pode se vincular (ARAÚJO, 2021, p.208). O multilateralismo normativo, classificado por Cervo (2008) como um dos valores da PEB dentro do acumulado histórico, não deve ser relacionado como uma prioridade. O ex-ministro, que preferia não associar sua política como multilateralista, pois, para ele, ser multilateralista não destaca o conteúdo de uma agenda de política externa, ou seja, o multilateralismo não seria um fim em si mesmo, no entanto, representa um método para consecução de objetivos políticos “de modo que, nessa esfera comercial, não há por que ser multilateralista. Tampouco bilateralista. Não é uma opção ideológica” (ARAÚJO, 2021, p. 209).

A atuação multilateral brasileira não foi deixada de lado dentro da gestão de Araújo no MRE. O MERCOSUL era tido pelo ex-ministro como “uma plataforma fundamental nesse eixo da inserção econômica” (ARAÚJO, 2021, p. 131). Os acordos entre o bloco multilateral sul-americano com o EFTA e com a União Europeia foram citados por diversas vezes por Araújo como grandes conquistas da gestão Bolsonaro “Conseguimos transformar de novo o MERCOSUL em um bloco de livre comércio entre os países e em um bloco eficiente de negociação para fora” (ARAÚJO, 2021, p. 219).

No mesmo sentido, o Brasil conferiu importância para a sua atuação dentro da OMC (Organização Mundial do Comércio) “a política comercial brasileira procurará liberar todo esse potencial do Brasil para aumentar sua contribuição ao comércio mundial, e a OMC constitui parte indispensável desse esforço” (ARAÚJO, 2020, p.59-60). Houve um interesse brasileiro em fazer parte do acordo de compras governamentais dentro da OMC, para conferir acesso aos mercados dessas negociações às empresas brasileiras, como também aumentar a competitividade das compras governamentais brasileiras. A importância conferida a OMC também pode ser percebida com o interesse em reformar o órgão, quando em discurso na reunião de ministros de comércio e investimentos do G20, Araújo se manifesta da seguinte maneira:

O Brasil também está contribuindo para a reforma e o fortalecimento necessário da Organização Mundial do Comércio com ideias e perspectivas novas. Não podemos mudar a OMC mantendo-a como está ou varrendo para baixo do tapete os verdadeiros desafios que o comércio mundial enfrenta. Queremos também revisitar e dar nova vida aos princípios originais da OMC, especialmente o compromisso de promover um sistema mundial de comércio baseado em políticas orientadas para o mercado. A maioria dos problemas do sistema multilateral de comércio decorre do abandono desse princípio fundamental ao longo dos anos (ARAÚJO, 2021, p.447).

A OMC também foi ponto de destaque dentro da gestão Araújo em razão da renúncia ao tratamento especial e diferenciado que detinha enquanto país em desenvolvimento no órgão. Tal ação foi pautada na intenção do Brasil em se tornar membro da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O Brasil desenvolve, nesta, um processo de cooperação desde os anos 1990, mas é no ano de 2017 que o país encaminha uma comunicação solicitando o início do processo de adesão à Organização. Nesse sentido, o ex-ministro destaca que “nós interpretamos que a OCDE significa uma opção, nossa opção por um modelo de liberdade política e liberdade econômica, que não é simplesmente uma questão de eficiência técnica, mas uma escolha de modelo de sociedade” (ARAÚJO, 2021, p. 111).

O Brasil passou a contar com o apoio do governo de Donald Trump para ser aceito dentro do quadro de membros da OCDE, por conta da visita de Jair Bolsonaro a Washington em 2019. A renúncia ao tratamento especial e diferenciado para negociações futuras, dentro da OMC, foi uma estratégia adotada nesse sentido. No entanto, com a chegada de Joe Biden a Washington, a evolução do pleito brasileiro poderá estar condicionada ao tratamento das questões ambientais brasileiras (OLIVEIRA, 2021). Além disso, Cozendey (2019), argumenta que outras questões precisam ser resolvidas para que o Brasil possa garantir o acesso à OCDE, problemas que impõe uma solução de mudanças legislativas e institucionais, como a integridade

e combate à corrupção; os códigos de liberalização de fluxos de capital e de intangíveis; bem como, o já mencionado, meio ambiente.

Ainda dentro do eixo da transformação econômica e desenvolvimento, outros pontos de destaque foram conferidos à abertura de mercados, com enfoque ao agronegócio e à cooperação em torno do desenvolvimento da tecnologia brasileira (a exemplo do acordo de salvaguardas tecnológicas e o acordo de pesquisa e desenvolvimento firmado com os Estados Unidos). O propósito do enfoque do eixo da transformação econômica e desenvolvimento é inserir o Brasil no centro das cadeias globais de valor (ARAÚJO, 2021). Internamente, manobras políticas (reforma da previdência, e os projetos de reforma tributária e administrativa, como também o interesse em aumentar as privatizações de empresas públicas) foram projetadas para que o país atraísse os olhos de investidores externos, e houvesse a abertura de mercados para o comércio brasileiro. Nesse sentido Araújo destaca que:

Em poucos meses, nós já estamos totalmente dentro, avançados numa agenda de reformas que trará muitas outras, com acordos comerciais sem precedentes também, com o compromisso de transformar o papel do Estado na economia, de tirar, no fundo, o Estado do centro da economia. Pela primeira vez, como eu dizia, temos um ciclo de crescimento baseado no setor privado (ARAÚJO, 2020, p. 443).

Esse processo de transformação interna para se adequar aos interesses internacionais não é novo no país. Conforme pudemos observar no capítulo anterior, processos similares foram adotados após a Segunda Guerra Mundial, onde o Brasil redemocratiza suas instituições para realizar um pareamento aos ideais norte-americanos, bem como dentro do paradigma neoliberal, em que, internamente, sugestões de instituições financeiras internacionais e dos países centrais do capitalismo são postas em prática para aproximar o Brasil das melhores práticas estatais, de acordo com o que era pregado internacionalmente.

O ciclo de crescimento baseado no setor privado evidencia a presença do liberalismo dentro dos preceitos de PEB, assemelhando-se ao paradigma neoliberal destacado por Cervo (2008). Araújo conferia ênfase ao acompanhamento conferido ao setor privado que o Itamaraty proporcionou na busca de parceiros internacionais para o comércio brasileiro “não apenas prestando um apoio de longe, mas de perto, junto, com as dificuldades, dando inteligência comercial e dando apoio em todos os momentos” (ARAÚJO, 2021, p. 341).

É importante também destacar as relações do Brasil com a China dentro do período em que Ernesto Araújo esteve como o chefe da PEB. O que se percebeu foi uma atuação direcionada a um certo respeito dos princípios do pragmatismo e da ação cooperativa e não-confrontacionista (em pronunciamentos oficiais), embora tenham ocorrido episódios críticos nas relações entre os dois países (BARRUCHO, 2021), como a visita de Bolsonaro a Taiwan

(país considerado como uma província rebelde para os chineses), a crítica de Eduardo Bolsonaro em relação ao uso da tecnologia 5G como ferramenta de espionagem chinesa, ou mesmo a ligação do surgimento do COVID-19 como responsabilidade da China. O que se observou de fato é que houve a prevalência das trocas comerciais e do interesse nos investimentos chineses no Brasil, não se observou manobras de ruptura diplomática com os chineses, conforme ocorrido em períodos de governo militar brasileiro.

Nos pronunciamentos oficiais de Araújo em relação ao país asiático não se percebe uma tendência ao abandono de relações entre Brasil e China, muito menos uma tentativa de reduzir o status de principal parceiro comercial brasileiro. O agronegócio é visto como um setor chave “estamos reestruturando a fundamental relação com a China, com vistas a melhor utilizar os instrumentos negociadores de que o Brasil dispõe para conseguir diversificar e aumentar o acesso de nossos produtos, em especial do agronegócio, ao mercado chinês” (ARAÚJO, 2020, p. 248).

Araújo deixa claro que a China é vista como um país único, as dúvidas em relação ao governo de Taiwan como independente são rechaçadas pelo ex-ministro “a gente mantém a nossa política de reconhecimento da política da China de uma só China, ou seja, de não reconhecimento de Taiwan como país independente” (ARAÚJO, 2021, p.103). O ex-ministro é enfático em sua mensagem de que a China é uma prioridade dentro das perspectivas da PEB, quando argumenta que:

Fala-se muito de China (só para dar um exemplo), que nós temos problemas com a China. Nós não temos problema nenhum. Nosso comércio com a China está aumentando. Aumentou em 7% o comércio total no primeiro semestre de 2020 em comparação com primeiro semestre de 2019 (ARAÚJO, 2021, p.427).

4.1.4 O eixo dos valores

O último eixo listado por Ernesto Araújo é o dos valores. O presente eixo é uma tentativa de associar a atuação em política externa ao conjunto dos valores que o ex-ministro identifica como pertencentes ao povo brasileiro. Em relação a essa identidade, por diversas vezes, Araújo retrata a sociedade brasileira como dotada de valores ocidentais e composta de um sentimento liberal e conservador. Nessa perspectiva, a liberdade, a democracia, a fé, a família, o sentimento de nação, o direito à vida, à liberdade de expressão, a liberdade econômica, são alguns dos exemplos listados. O eixo dos valores é, portanto, um importante aspecto para a atuação diplomática brasileira no período, Araújo deixa evidente essa preocupação no seguinte trecho:

O eixo de valores, por exemplo. Do que nós estamos falando? Estamos falando de defender, no cenário internacional, com nossos parceiros, bilateralmente ou multilateralmente, princípios e ideais que são caros, que estão no coração do povo brasileiro – como a liberdade religiosa, a liberdade de expressão, o direito à vida, por exemplo. Hoje, no discurso do Presidente da República na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, ele terminou dizendo que o Brasil é um país cristão e conservador – isso nos remete, claro, diretamente a essa dimensão dos valores (ARAÚJO, 2021, p.451).

Os valores brasileiros, citados por Ernesto Araújo, se integram ao que ele identifica como uma sociedade ocidental da qual o Brasil faz parte. Os valores devem estar presentes inclusive na busca pelo crescimento econômico brasileiro, Araújo considera fundamental essa associação, pois “o povo brasileiro cansou-se de sacrificar seus valores, que são essencialmente liberais e ocidentais, em nome de um crescimento econômico que não veio nunca. O povo agora quer crescimento e identidade nacional e defesa dos seus valores” (ARAÚJO, 2020, p. 83).

A integração dos valores na política externa pode ser observada também no destaque com alguns países aos quais o ex-ministro identifica como providos de valores similares aos brasileiros, como é o caso de Israel, país com que a política externa procurou associação para ganhos em desenvolvimento econômico e tecnológico, e que também foi pautada no eixo dos valores “tem também o aspecto simbólico, aqui voltando à questão dos valores. Israel, para muitos brasileiros, por causa da sua fé, é a Terra Santa, tem uma associação, é onde está o Santo Sepulcro” (ARAÚJO, 2020, p.103). A transferência da embaixada do Brasil em Tel-Aviv para Jerusalém chegou a ser cogitada por Bolsonaro, uma troca que contém elementos fortemente amparados na questão ideológica e que gerou contestação da motivação pragmática dessa manobra. Outros países em destaque na aproximação pela ótica dos valores são Hungria e Polônia, países em que os chefes de Estado demonstram perspectivas políticas bastante similares aos fundamentos de ideias pertencentes a Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo. Nesse sentido, o ex-ministro destaca que:

Eu fui o primeiro chanceler a visitar a Hungria no ano passado; já estive duas vezes na Polônia – não por acaso, mas porque há, como vocês sabem, uma convergência muito grande de valores, de soberania nacional, de liberdade, de democracia e de uma visão de mundo (ARAÚJO, 2021, p. 227).

O país ao qual mais se percebe a associação de proximidade de valores é os Estados Unidos. Conforme demonstrado anteriormente no capítulo, Araújo e Bolsonaro possuem uma grande admiração pelo país norte-americano. O alinhamento foi evidente durante o governo de Donald Trump, que o Brasil acreditava que poderia obter bons resultados decorrentes dessa aproximação. O posicionamento do ex-ministro é evidente “eu acredito muito numa certa

comunidade de destino, digamos, entre Brasil e Estados Unidos, com todas as suas diferenças, mas são duas versões muito paralelas dessa civilização ocidental” (ARAÚJO, 2020, p. 101).

O que se observa ainda no tocante à questão de relações entre Brasil e Estados Unidos é que não há um ineditismo nessa manifestação. Em outros períodos, como o de Dutra, Castelo Branco e até mesmo durante a gestão do Barão do Rio Branco, o alinhamento de relações aos norte-americanos era tida como fundamental. A designação do Brasil como um aliado preferencial extra-Otan dos Estados Unidos é uma posição que remonta a estratégia de parceria para a defesa dentro do governo de Castelo Branco. Atualmente, com o status de aliado preferencial extra-Otan (GRAGNANI, 2019), o Brasil tem poderá exercer uma parceria com os norte-americanos para trabalhos estratégicos na questão militar. Entretanto, se observa que o Brasil de Araújo e Bolsonaro não utilizam da posição de alinhamento de valores para excluir a diversidade de seus parceiros comerciais.

Ademais, no seguinte excerto podemos verificar a admiração conferida ao país, em razão do que ele acredita serem valores e ideais convergentes entre Brasil e Estados Unidos, nesse sentido, Araújo acredita que a atuação da política externa com os EUA se evidencia “valorizando a dimensão dos nossos princípios, dos nossos ideais, da convergência que nós temos de princípios, ideais e valores com os Estados Unidos” (ARAÚJO, 2021, p.217).

Donald Trump foi um líder muito admirado por Ernesto Araújo. No seu artigo “Trump e o Ocidente”, publicado nos Cadernos de Política Exterior do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da FUNAG, o ex-ministro destaca que Trump temia a perda da identidade ocidental, ou seja, os laços de cultura, fé e tradição característicos das civilizações ocidentais. O ocidente é “um conjunto de nações – entidades definidas cada qual em sua identidade histórica e cultural profunda, e não como entes jurídicos abstratos – concebidas a partir de experiências únicas e não a partir de princípios ou valores frios” (ARAÚJO, 2017, p.328). Araújo encampou essa ideia e destacou Trump como o grande defensor dessa cultura ocidental.

Por entender que o povo brasileiro possui essa identidade nacionalista, o ex-ministro destaca que o Brasil faz parte do Ocidente, inclusive, tendo o momento iniciático de individualidade ocidental quando a colonização portuguesa chega ao território brasileiro. Nessa obra anterior à sua indicação ao cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, podemos observar a defesa por uma política externa, ou uma metapolítica externa “para que possamos situar-nos e atuar naquele plano cultural-espiritual em que, muito mais do que no plano do comércio ou da estratégia diplomático-militar, estão-se definindo os destinos do mundo” (ARAÚJO, 2017, p. 354).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral cotejar os autoproclamados “eixos” da PEB de Araújo com o acumulado histórico da diplomacia brasileira. Para cumprir a proposta, em primeiro lugar, apresentou-se um conjunto de eventos, paradigmas, princípios e valores para caracterização do acumulado histórico da PEB. Em seguida, buscou-se expor a ascensão de Jair Bolsonaro no cenário brasileiro, ressaltando-se processos similares em outros países. Foram identificadas as linhas condutoras da PEB de Ernesto Araújo em forma de eixos (democracia, soberania, valores, transformação econômica e desenvolvimento). Identificada a presença dos elementos orientadores da PEB de Araújo, estabeleceu-se uma relação desses eixos com a tradição diplomática brasileira.

Durante o período Araújo, quatro, autoproclamados, eixos basearam o que ele denominou “Nova Política Externa Brasileira”. O primeiro eixo destacado foi o da democracia. O modelo democrático de governo foi defendido na PEB de Araújo. O ex-ministro sustentou a presença desse eixo na política externa em conformidade com os preceitos constitucionais do artigo 4º da CF/88. Além disso, difundiu a bandeira democrática em diversas inserções nos foros internacionais com intuito de ressaltar que o modelo de governo é o ideal, e deve ser adotado, principalmente, na América do Sul, objetivando a integração mais eficiente entre os países.

Esse eixo da democracia não inovou em relação ao acumulado histórico da PEB. Governos democráticos compuseram a maior parte da história republicana brasileira, e os princípios de defesa da autodeterminação e não-intervenção estavam inseridos em diversas atuações brasileiras internacionalmente.

Em relação às críticas ao modelo venezuelano, classificado por Araújo como um governo totalitário e associado à criminalidade, narcotráfico e terrorismo, observou-se que a cordialidade oficial no trato com os vizinhos foi quebrada, tendo em conta, que as relações de amizade são postas em segundo plano, e a cooperação entre os países diminuída, contrariando o princípio da ação externa cooperativa. Nesse sentido, o pragmatismo como um valor da PEB também é desconsiderado, pois não há a prevalência de esperteza diplomática diante da situação do governo venezuelano.

O eixo da soberania na PEB de Araújo aportou os princípios do jurisdicismo, da independência de inserção internacional e a autodeterminação dos povos. A soberania como um eixo, não divergiu do histórico de atuação da PEB, o elemento de novidade foi observado

no uso da independência de inserção internacional para atacar o “globalismo”, que é um sistema classificado por Araújo como um grande problema dentro dos organismos multilaterais.

O eixo da transformação econômica e desenvolvimento seguiu, em grande parte, o princípio do desenvolvimento como vetor da política externa, bem como o valor das parcerias estratégicas para promoção de objetivos e interesses nacionais por meio da ação externa. O multilateralismo normativo não foi considerado como um fim em si mesmo. Conforme Araújo, as negociações brasileiras, foram abordadas de maneira bilateral, como também multilateral. O Brasil não abandonou o multilateralismo e, inclusive, participou da criação do PROSUL e aumentou os esforços para a entrada na OCDE.

O eixo dos valores se destaca como uma novidade dentro da PEB. A novidade não foi a aproximação aos países que Araújo considerou possuidores de valores, entendidos por ele, como caros aos brasileiros. A novidade foi a implementação explícita, a partir da atuação diplomática brasileira, de valores conservadores e liberais na tentativa da defesa de identidade ocidental. A valorização da identidade ocidental, foi também projetada dentro do meio diplomático. Araújo criou o curso de Clássicos dentro do Instituto Rio Branco que, para ele, representou um aprofundamento do “esforço para a reflexão filosófica e a convivência com a imensa tradição da cultura ocidental de que fazemos parte” (ARAÚJO, 2021, p.293).

Em suma, a PEB de Araújo não apresentou uma quebra do que se observou no acumulado histórico da diplomacia brasileira, embora alguns casos específicos tenham divergido do que o Brasil apresentou na sua linha de atuação diplomática. Os discursos de Ernesto Araújo foram o destaque para a elaboração deste trabalho. A divulgação das ideias e crenças aplicadas à atuação diplomática brasileira esteve presente dentro de reuniões, assembleias e entrevistas em que Araújo participou.

Percebeu-se que estratégias e ações da política externa foram baseadas nas crenças e identidades dos atores responsáveis pela formulação das políticas internacionais do Estado brasileiro. A argumentação teórica da APE foi fundamental para entender o papel dos indivíduos dentro dos processos de formulação e implementação da PEB. Nesse sentido, se destaca que os Estados não são agentes, mas sim, abstrações que dependem da gestão de indivíduos para formular e modificar políticas internacionais, conforme ensina Hudson (2005).

A autodenominada “Nova Política Externa Brasileira” proposta por Araújo e Bolsonaro, também pôde ser percebida em termos de uma reaproximação aos Estados Unidos, diferentemente do que ocorreu com os governos do Partido dos Trabalhadores ou do período de Fernando Henrique Cardoso, no entanto esse modelo de inserção internacional não foi inédito para a diplomacia brasileira.

Ernesto Araújo buscou fazer da PEB o reflexo do que ele e, as pessoas pertencentes ao núcleo formulador de ideias da política de Jair Bolsonaro, acreditavam ser a identidade do país, ou seja, houve a vontade de amalgamar os costumes cristãos conservadores com os fundamentos liberais em prol do desenvolvimento econômico. Assim foi o que postulou o ex-ministro na seguinte citação “cada vez mais eu me convenço que nessa aliança está o futuro do Brasil e o futuro do mundo também, na aliança liberal-conservadora” (ARAÚJO, 2021, p. 631).

Nesse sentido, se a PEB de Araújo não provocou alterações substanciais de acordo com acumulado histórico, o que representou a tentativa de inovação? Duas possíveis respostas podem ser encontradas. A primeira se baseia na tentativa de convencimento do público interno, pois a sustentação de fundamentos ideológicos também foi observada com Abraham Weintraub, no Ministério da Educação, Damares Alves, no Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos e com o Secretário de Cultura Roberto Alvim (SOUZA, 2020). Tais atores alinhados a fundamentos ideológicos podem ser vistos como um cálculo político para a manutenção da parcela que apoia o governo Bolsonaro (COSTA, 2021).

Dessa maneira, tanto a nomeação de Ernesto Araújo, quanto a política externa adotada por ele, podem ter ocorrido com intuito de sustentar o padrão de conceitos e crenças de Jair Bolsonaro e seus apoiadores diversos. O padrão ideológico aplicado, provavelmente, foi parte de uma estratégia para aumentar o número de brasileiros adeptos aos preceitos por ele propagados, já que o MRE não foi o único a pregar os valores liberais-conservadores dentro do governo.

A segunda resposta possível, ao que representou a tentativa de inovação na PEB, pode estar relacionada ao combate contra o globalismo. Assim, a atuação de Araújo, desse modo, inovou por entender que a premissa de uma nova diplomacia brasileira deveria ser a de: “quebrar o amálgama marxista-liberal, que é o globalismo, e transformar isso num amálgama conservador-liberal. Essa é grande tarefa” (ARAÚJO, 2020, p.127).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. Pensamento diplomático brasileiro: introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes. In: PIMENTEL, J. V. S. (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)**. v. 1. Brasília: FUNAG, 2013.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 139-280, 2017.
- ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. Cadernos de Política Exterior. **FUNAG**, Brasília, v.6, 2017.
- ARAÚJO, E. H. F. **A nova política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2020.
- ARAÚJO, E. H. F. **Política externa: soberania, democracia e liberdade**. Brasília: FUNAG, 2021.
- BARROS, S. R. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos quatro anos, **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.42, n.2, 1998.
- BARRUCHO, L. Por que ataques de Bolsonaro à China não prejudicaram comércio com o Brasil. **BBC News**, [s.l.], 05 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58099335>, Acesso em: 09 nov. 2021.
- BBC. Jair Bolsonaro: Brazil's firebrand leader dubbed the Trump of the Tropics. **BBC**, [s.l.], 31 dez. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45746013>. Acesso em: 29 out. 2021.
- BILENKY, T. A viagem do vagão: como Eduardo Bolsonaro acabou virando quase tudo o que não era. **Piauí**, [s.l.], ed. 162, mar. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/viagem-do-vagao>. Acesso em: 06 out. 2021.
- BOLSONARO, J. **Plano de Governo - O Caminho da Prosperidade**. Brasília: TSE, 2018.
- BOLSONARO, J. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. 4. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- CASARÕES, G. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamiento Proprio**, Buenos Aires, p. 231-274, 2019.

CARVALHO, O. Lula planetário. **O Globo**, [s.l.], 3 jan. 2004. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/lula-planetario>. Acesso em: 29 out. 2021.

CARVALHO, D. Na ONU, Bolsonaro diz haver cobiça internacional sobre Amazônia e acusa ONGs. **Folha de São Paulo**, [s.l.], 30 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/na-onu-bolsonaro-diz-haver-cobica-internacional-sobre-amazonia-e-acusa-ongs.shtml>, Acesso em: 06 nov. 2021.

CIMI. O agro é fogo: queimadas são responsabilidade do agronegócio. **Conselho Indigenista Missionário**, [s.l.], 2 out. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/agro-e-fogo-queimadas-criminosas>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L. Introdução à política externa e às concepções diplomáticas do período imperial. In: PIMENTEL, J. V. S. (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)**. v. 1. Brasília: FUNAG, 2013.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

CEPÊDA, V. L. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 75-122, 2018.

CHAGAS-BASTOS, F. H. 2019. Political realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the right turn. **Revista de Estudios Sociales**, v. 69, p. 92-100, 2019.

CHALOUN, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016.

CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 1985.

COSTA, R. Qual é o tamanho da ala ideológica do governo após a saída de Ernesto Araújo. **Gazeta do Povo**, Brasília, 07 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/ala-ideologica-governo-bolsonaro-ernesto-araujo>. Acesso em: 18 nov. 2021.

COZENDEY, C. M. O pedido de acesso do Brasil à OCDE: onde estamos. Cadernos de Política Exterior. **Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais**, Brasília, v. 5, n.8, ago. 2019.

FAVERÃO, G. M. **Autonomia, universalismo e alinhamento na política externa brasileira do século XX e suas implicações nos processos de integração regional**. 2006. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

G1. Satélites da Nasa mostram que maioria das queimadas na Amazônia tem origem no desmatamento. **G1**, [s.l.], 22 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal->

nacional/noticia/2020/08/22/satelites-da-nasa-mostram-que-maioria-das-queimadas-na-amazonia-tem-origem-no-desmatamento.ghhtml, Acesso em: 06 nov. 2021.

GARCIA, A. Brazil under Bolsonaro: social base, agenda and perspectives. **Journal of Global Faultlines**, v. 6, n. 1, p. 62–69, 2019.

GARRISON, Jean A. *et al.* Foreign policy analysis in 20/20: a symposium. **International Studies Review**, v. 5, n. 2, p. 155–202, 2003.

GOLDSTEIN, J; KEOHANE, R. Ideas and foreign policy: an analytical framework. *In: Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. Londres, p. 3-30, 1993.

GRAGNANI, J. O que significa para o Brasil se tornar um 'aliado preferencial extra-Otan' dos EUA?. **BBC News**, [s.l.], 01 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49199195>. Acesso em: 09 nov. 2021.

HERMANN, C. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.

HERMANN, M. G. How decision units shape foreign policy: a theoretical framework. **International Studies Review**, v. 3, n.2, p. 47-81, 2001.

HERZ, M. Análise cognitiva e política externa. **Contexto Internacional**, v. 16, n. 1, p. 75-89, 1994.

HUDSON, V. M. Foreign policy analysis: actor-specific theory and the ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, v.1, n.1, p. 1-21, 2005.

HUDSON, V. M. The history and Evolution of foreign policy analysis. *In: SMITH, S.; HADFIELD, A.(orgs.). Foreign policy: theories, actors, cases*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.pg/books?id=niSmwgGX5V8C&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 nov. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brasil: Bolsonaro ameaça pilares da democracia. **HRW**, [s.l.], 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/379911>. Acesso em: 09 nov. 2021.

HUNTER, W.; POWER, T. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, v. 30 n. 1, p. 68-82, 2019.

INTERVOZES. Retrospectiva 2020: Bolsonaro e os conflitos com a mídia. **Carta Capital**, [s.l.], 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/retrospectiva-2020-bolsonaro-e-os-conflitos-com-a-midia>. Acesso em 09 nov. 2021.

JAGUARIBE, H. Evolução da política externa. *In: ALBUQUERQUE, J.; SEITENFUS, R.; CASTRO, S. (coord.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. v. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

JESUS, D. S. V. Da redução da incerteza estratégica à perpetuação da exclusão: a relevância dos fatores ideacionais na análise de política externa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 503-534, 2009.

LAFER, C. **A Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LIMA, M. R. S. Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira. **America Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p.466-496, 1994.

LIMA, M. R. S. Aspiração internacional e política externa, **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n.82, 2005.

MARIN, D. C. Como Filipe Martins virou um dos conselheiros mais próximos do presidente. **Veja**, [s.l.], 7 nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-filipe-martins- virou-um-dos-conselheiros-mais-proximos-do-presidente>. Acesso em 29 out. 2021.

MARTÍ, S. Em encontro realizado nos Estados Unidos, Bolsonaro cita semelhanças entre ele e Donald Trump. **Folha de São Paulo**, [s.l.], 09 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1925626-o-trump-serve-de-exemplo-para-mim-diz-bolsonaro-em-visita-aos-eua.shtml>, acessado em 29 out. 2021.

MARTINS, C. E. A evolução da Política Externa Brasileira na Década 64/74. **Estudos CEBRAP**, v.12, 1975.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p.621-648, dez. 2017.

MIYAMOTO, S. Política Externa Brasileira: 1964-1985. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 03–19, 2013.

MOURA, G. O Alinhamento sem recompensa: a Política Externa do Governo Dutra. **CPDOC/FGV**, Rio de Janeiro, 1990.

MOURA, G. Relações exteriores do Brasil 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília, **FUNAG**, 2012.

MOURA, M.; CORBELLINI, J. **A eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, W. R. A amplitude da maré rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai. 2017. Tese (Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

OLIVEIRA, E. Apoio do governo Biden à entrada do Brasil na OCDE dependerá de desempenho ambiental, diz embaixador. **O Globo**, [s.l.], 13 abr. 2021. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/apoio-do-governo-biden-entrada-do-brasil-na-ocde-dependera-de-desempenho-ambiental-diz-embaixador-24969483>. Acesso em: 09 nov. 2021.

OLIVEIRA, H. A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINHEIRO, L. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-335, 2000.

PINHEIRO, L.; LIMA, M. R. S. de. O regresso conservador sul-americano. **Boletim OPSA**, IESP-UERJ, n.1, p. 4-5, 2019.

PINTO, A. E. 'É claro que não pode haver acordo' com Mercosul, diz premiê austríaco. **Folha de São Paulo**, [s.l.], 1 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/e-claro-que-nao-pode-haver-acordo-com-mercado-diz-premie-austriaco.shtml>, Acesso em: 06 nov. 2021.

PHILLIPS, T. Trump of the tropics: the 'dangerous' candidate leading Brazil's presidential race. **The Guardian**, [s.l.], 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/19/jair-bolsonaro-brazil-presidential-candidate-trump-parallels>. Acesso em: 29 out. 2021

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J.; SEITENFUS, R.; CASTRO, S. (coord.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. v. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

RICUPERO, R. Os perigos de uma política externa alienada num contexto internacional difícil. (2h22m25s). **UFABC**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VOtCys67UtQ>. Acesso em: 08 nov. 2019.

RODRIGUES, G. M. A. Trump dos trópicos? Política externa de ultradireita no Brasil. **Análise Carolina**, n. 6, 2019.

ROSATI, J. The power of human cognition in the study of world politics. **International Studies Review**, v.2, n.3, p. 45-75, 2000.

ROSENAU, J. N. Pre-theories and theories of foreign policy. In: **Approach Comparative and International Politics**. FARRELL, R. B. Northwestern University Press, 1966.

SALLUM JR, B. Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011.

SANAHUJA, J. A.; COMINI, N. Las nuevas derechas latinoamericanas frente a una globalización en crisis. **Nueva Sociedad**, n. 254, maio-junho, pp. 32-46, 2018.

SANTOS, N. B. A Política Exterior da Velha República (1889-1930). **Revista Informação Legislativa**, Brasília, n. 111, 1991.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**. n.99, pp.151-186, 2019.

SARAIVA, M. G.; VELASCO JR, P. A. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: Para onde vamos? **Pensamiento Proprio**, Buenos Aires, v. 21, p. 295-324, 2016.

SARAIVA, M. G; SILVA, A. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, 2019.

SARAIVA, M. G. The democratic regime and the changes in Brazilian foreign policy towards South America. **Brazilian Political Science Review**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 2020.

SILVA, A. M. A política externa de JK: a Operação Pan-Americana. Rio de Janeiro, **CPDOC**, 1992.

SILVA, A. M. Idéias e política externa: a atuação brasileira na liga das nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 2, 1998.

SNYDER, R. C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, B. Decision-making as an approach to the study of international politics. **Foreign Policy Analysis**, Princeton University Press, 1954.

SOUZA, L. E. S. Ideologia: o status do conceito na política externa do governo Bolsonaro. **Observatório de Regionalismo**, [s.l.], 27 fev. 2020. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2020/02/27/ideologia-o-status-do-conceito-na-politica-externa-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SPEKTOR, M. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974 – 1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n.47, 2004.

SPEKTOR, M. Diplomacia da ruptura. In: ABRANCHES, S. *et al.* **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPROUT, H.; SPROUT, M. Man-milieu relationship hypotheses in the context of international politics. **Princeton University Press**, 1956.

TRAVERSO. E. Do fascismo ao pós-fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, v. 13, n. 2, 2019.

VERTZBERGER, Y. Y. I. **The world in their minds**: information processing, and perception in foreign policy decisionmaking. Stanford: Stanford University Press, 1990.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social – USP**, São Paulo, 2003.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autoomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIZENTINI, P. F. O Nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951 – 1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n.1, 1994.

WATANABE, P. Amazônia registra novo aumento de queimadas em julho. **Folha de São Paulo**, [s.l.], 1 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/amazonia-registra-novo-aumento-de-queimadas-em-julho.shtml>. Acesso em: 07 no. 2021.

WEBB H.; PALMEIRA, R. Bolsonaro: Trump of the tropics. **Socialist Lawyer**, n. 80, p. 18–23, 2018.

WEIZENMANN, P.P. Tropical trump? bolsonaro's threat to brazilian democracy. **Harvard International Review**, Cambridge, v. 40, n. 1, p. 12-14, 2019.

ZIBECHI, R. Una nueva derecha, militante y con apoyo ‘popular’. **CLACSO**, p. 445–62 2020.